

No Centenário da «Vida Nova»

Ocorre este ano o 1.º centenário da fundação do movimento político-social da *Vida Nova*, liderado pelo escritor Oliveira Martins e constituiu o degrau que o pensador galgou, de onde, pouco depois, seguiu para malfadadamente se embrenhar na política que o havia de «queimar», tendo-o antes ingloriamente triturado e esmagado.

Para comemorar o centenário desse movimento, que cremos muito poucos hoje recordarão, deixamos nestas páginas transcrito o cap. IX do vol. I da nossa obra inédita *Oliveira Martins e o século XIX*, da qual demos já dois capítulos do volume II, publicados em números anteriores deste «Boletim» ⁽¹⁾.

Vivia então no Porto o escritor na casa das Águas Férreas, ainda hoje existente, situada a dois passos da rua da Boavista, logo abaixo da entrada para a praça da República, então ainda vulgarmente conhecida por Campo de Santo Ovídio. Constituí-a, nesse tempo já remoto, a casa das Águas Férreas um Cenáculo aonde acorriam os «velhos», como Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, quando este vinha passar as férias diplomáticas à sua pátria, e também outros amigos e admiradores, como o Prof. Rodrigues de Freitas, o republicano sem mácula respeitado por toda a cidade, comparecendo ainda outros que se haviam ligado a Oliveira Martins após a sua instalação no Porto.

A par dos indicados, começavam a frequentar o «antro filosófico» ^(1a) jovens que admiravam, alguns beatamente, o escritor, cujas obras exaltavam com entusiasmo. O historiador recebia-os a todos com afabilidade, muitas vezes, por tempo frio, envolto num gabão e coberta a cabeça com um «fez» de muçulmano que deveria ter-lhe dado um ar oriental, com os seus olhos esverdeados e a barba cerrada, que ainda mais lhe sombreava o rosto já de si carregado.

(1) O. M. — *O Homem*, vol. XXXI (1981). O. M. — *O Historiador*, vol. XXXIV (1983-4).

(1a) Palavras de Eça de Queirós.

Entre os novos então entrados na intimidade do escritor contavam-se dois que vieram, anos mais tarde, a ilustrar-se como escritores, um na Política, Luís de Magalhães, outro na Diplomacia, António Feijó. O primeiro, filho do notável orador José Estêvão, pairava ainda nos céus brumosos da Poesia, estando a preparar o poema *D. Sabastião*, após o qual se lançaria na Política, mais tarde chegando a Ministro nos últimos anos da Monarquia.

António Feijó viria a ser o nosso maior poeta parnasiano. Entrado na carreira diplomática, sucumbiria, já no nosso século, cônsul em Estocolmo, deixando uma obra poética de verdadeira joalheria.

Foram muito íntimas as relações de Oliveira Martins com Luís de Magalhães, como o revela a correspondência trocada entre os dois e as referências do próprio Magalhães.

No cenáculo das Águas Férreas discutiam-se os assuntos mais diversos neles ocupando lugar preferencial a Arte, as Letras e, naturalmente, a Política, sendo esta quem veio, acobertada «sob a máscara do Civismo»⁽²⁾, a empolgar o escritor, desviando-o, por algum tempo, da missão que a si próprio se impusera de levar a cabo a «Biblioteca das Ciências Sociais», da qual publicara apenas a *História da República Romana*, encontrando-se todas as outras obras, ainda por escrever, já fora do âmbito do programa da «Biblioteca».

Oliveira Martins fora até um pensador, político teórico que ia buscar à História os lineamentos das suas ideias, procurando as causas dos grandes factos históricos, económicos e sociais, como homem de gabinete que era, para explicar as grandes mutações e viragens operadas no decurso dos séculos na Europa ocidental, em particular na Espanha e em Portugal.

A política activa enojava-o, como se depreende de numerosas passagens das suas obras e de artigos publicados nos jornais onde colaborava. Partilhando com Antero da aversão e do desprezo pelo Constitucionalismo burguês, pugnara durante alguns anos pelo Socialismo de Proudhon, a quem o próprio Antero e Eça de Queirós se mantiveram fiéis até final.

Foi n' *O Regime das Riquezas* que Oliveira Martins, pela primeira vez, fez profissão pública de fé de socialista catedrático, talvez pelo contacto havido com os pensadores consultados para a *História da República Romana*, e seria Mommsen quem o levaria pela mão até à ideia do fortalecimento do Poder central, causa imediata da entrada do escritor na política militante.

(2) Idem.

O homem que tão lucidamente estudara a formação do ideário do Liberalismo em Portugal e soubera explicar com superioridade as causas da sua decadência, começava a sentir necessidade de ir mais além da missão expositiva de doutrinário e de crítico. Descrente de encontrar alguém com capacidade para, tendo abraçado tais ideias, as pôr em prática, não podendo contar, para anos próximos, com a vitória do Socialismo, rudemente atacado em todos os Estados burgueses da Europa ocidental, agravado isto com o desvio que as suas ideias estavam a sofrer e o Partido não aceitaria; tendo-se afastado dos republicanos, acerca dos quais Antero fazia o pior conceito, começou Oliveira Martins a pensar entrar *dans la mêlée*.

E este homem, de cuja inteligência era trave mestra a «intuição psicológica», como Moniz Barreto viria a escrever, revelou-se nesta altura lamentavelmente obtuso, obnubilada a sua clara inteligência pela ideia de poder vir a exercer funda influência na política portuguesa, ele, que carecia totalmente da maleabilidade de espírito e de carácter da qual se serviam os políticos para darem execução aos seus intentos, tudo se agravando ainda mais pelo seu temperamento que dele fazia pessoa de *abord* difícil, tornando-o antipático aos desconhecidos.

De resto, se, no convívio com amigos, o seu trato era agradável, saindo fluente a sua elocução, não o fadara a natureza com o dom da palavra, «ferramenta» de todo indispensável para o político poder navegar em regimes de opinião, onde um ataque cerrado ou uma réplica oportuna e fulminante é, tantas vezes, o segredo do êxito.

Mas Oliveira Martins sentia-se fadado para político e estava nesse final de 1884 a *ronger son frein*, com uma impaciência de aspecto patológico, sendo ela a causa motora de o pensador se lançar de cabeça na voragem e precisamente, por inaudito que tal possa parecer, utilizando um dos derrancados partidos rotativos, responsáveis, entre outros erros graves, pelo triste tratado do Zaire e, poucos anos depois, pela responsabilidade da crise da qual resultou o *ultimatum* inglês.

Segundo o testemunho de Luís de Magalhães, foi a este que, em fins daquele ano, o escritor confidenciou

«a sua resolução de entrar para o partido progressista, a ver se por meio da acção dum futuro governo desta côr política, seria possível introduzir no país algumas ou todas as reformas financeiras e económicas, indispensáveis para desanuvear o nosso

futuro, seriamente comprometido pela desordenada marcha das coisas públicas» (3).

Tendo-lhe dito que uma «nação, em marcha para uma crise grave, não se salva com ideias formuladas em livros: salva-se, sim, mas com ideias realizadas em actos», Oliveira Martins falou-lhe na maneira de tornar realidade o seu pensamento político, desaprovando o recurso a uma revolução, pela contingência a que as revoluções sempre estão sujeitas, e desaprovando também a criação de um novo partido dentro da Monarquia, por lhe parecer fácil de prever qual seria, num país como o nosso onde a opinião é mais sentimental do que activa, o destino desse novo agrupamento político».

Por isso no seu parecer, o simples bom-senso político indicava que se aproveitasse «uma das duas grandes agremiações partidárias existentes, introduzindo nela elementos activos e sãos», fazendo-a renovar o seu programa no sentido do seu ideário político e económico. E dado o descrédito do Partido Regenerador, só poderia ser o Partido Progressista quem deveria instaurar a «Vida Nova», da qual o historiador se ia fazer o campeão (4).

Parece que entre alguns políticos monárquicos, Oliveira Martins estava a tornar-se centro de atracção, embora, afigura-se-nos, os pontos de vista desses políticos pudessem divergir. Para António de Serpa Pimentel, chefe do Partido Regenerador,

«Oliveira Martins era o único espírito capaz de planear, em todas as suas partes, um forte programa político e viável d'acção política, que saísse da esterilidade das preocupações doutrinárias e idealistas, que têm sido a chaga da nossa política liberal» (5).

(3) O depoimento de Luís de Magalhães encontra-se no manuscrito inédito *A Vida Nova*, por ele redigido em 1886/7 e se encontrava em poder de suas filhas, de que hoje apenas sobrevive a Sr.^a D. Maria José de Magalhães Mota. Foi por sua gentileza, nunca suficientemente agradecida, e do nosso amigo Dr. Francisco Miranda de Andrade, antigo Reitor do Liceu Nacional de Braga e amigo pessoal das duas Senhoras, que pudemos obter a cedência do precioso manuscrito que consultámos, exaustivamente, prestando aqui a homenagem devida à filha primogénita do escritor Senhora Dona Joana Inês de Magalhães, falecida poucos meses antes de redigida esta nota. Lamentamos que, por melindres, aliás respeitáveis, esta ilustre Senhora não acedesse à nossa proposta para se editar o manuscrito com as devidas anotações, serviço verdadeiramente meritório para o esclarecimento de uma época já um século distante de nós, e também de pessoas algumas vezes julgadas injustamente.

(4) MS cit. Fol. 2.

(5) Fols. 5-6.

Parece também ter-se divulgado a viragem operada nas ideias do escritor, embora, segundo Luís de Magalhães, «antigos pontos de vista democráticos que o pensamento e a madureza da idade modificaram, haviam-no contudo prendido ao partido republicano», ao qual o escritor, após ter se fixado no Porto, «apenas prestara o prestígio do seu nome», nunca tendo assumido ali papel activo, informação sem fundamento, pois Oliveira Martins, e será ele próprio quem o declarará, nunca pertenceu ao Partido Republicano, vindo, em breve, e publicamente, a confessar ter sido apenas «republicano teórico».

Reconhece Luís de Magalhães, que a adesão do republicano (*sic*) e socialista Oliveira Martins a um partido monárquico não deixaria de suscitar eco ruidoso na Imprensa, acrescentando:

«Qualquer egoísta, mais cioso do *respeito público* do que dos interesses do país, prender-se-ia com este receio. Oliveira Martins, porém, soube nobremente fazer à sua pátria o sacrifício desse sentimento de individualidade que cada homem, por mais modesto, tem no fundo do seu carácter. Até aí ele era para o público, e para todas as facções políticas, um sábio, um estudioso, um homem de talento recolhido na paz das suas ideias e dos seus estudos. Todos lhe proferiam o nome com respeito, e àqueles dos seus pontos de vista com que os não deixavam concordar, ou o rubro ou o pálido das suas bandeiras, chamavam apenas — *excentricidades dum grande espírito*. Todos concordavam, mais ou menos com ele, enquanto ele era unicamente um crítico; concordavam até nas censuras às ilusões ou aos erros dos próprios partidos. Era um olímpico, um respeitado, a quem a opinião pública colocara como num tabernáculo. Desde que descesse à arena política, o olímpico tornar-se-ia num actor da comédia constitucional, o respeitado seria um discutido, a quem o minúsculo noticiaria se permitiria troçar irreverentemente».

E adiante:

«Concorde-se em que para o orgulho dum homem, e sobretudo dum homem cónscio do seu mérito e do seu carácter — esta transição devia de ser bem dura. Pois ele não oscilou — um dia saiu dos bastidores e apareceu em cena ao lado dos truões, dos politíqueiros, em frente dum público inconsciente, ignaro, donde

logo partira, entre frouxas palmas, a pateada insolente das *cliques* mercenárias» (6).

Desabafos dum jovem «sebastianista», que cria piamente na missão messiânica do escritor, e este, indiferente ao perigo de a sua reputação se esfrangalhar, vai lançar-se, candidamente mas num *élan* patriótico, na cova dos leões.

Deu-se, entretanto, um caso que constituiu o fio condutor de Oliveira Martins à Política. O irrequieto e truculento Emídio Navarro, com António Cândido, o jovem Carlos Lobo d'Ávila, ambicioso filho do Conde de Valbom, Henrique de Barros Gomes e alguns mais, vendo no velho Anselmo José Braancamp um homem gasto e de quem nada mais haveria a esperar após uma vida tão agitada como fora a sua, esse grupo citado antes começou a deitar as redes para preparar o caminho da futura sucessão na chefia do Partido Progressista. Navarro, no seu jornal «Novidades», deu início a uma campanha no intuito de se imprimir ao partido nova orientação, atitude que não passava de anzol lançado pelo violento jornalista para ver quem mordida o «isco».

A parte literária do novo jornal orientava-a o escritor Alberto Braga, e este convidou Oliveira Martins a ceder às «Novidades» um excerto da *História da República Romana*, obra então em impressão. O autor mandou-lhe o excerto pedido e, ao mesmo tempo, propôs-se colaborar também na secção política do jornal onde se revezavam o director e Carlos Valbom. Levado o pedido ao beneplácito de Anselmo Braancamp, manifestou este grande satisfação porque um homem com a reputação intelectual de Oliveira Martins desejar colaborar num órgão partidário poderia, por certo, muito contribuir para elevar o tom do jornal, enquanto, por outro lado, seria mais um fundibulário a bater os Regeneradores.

Deu então Oliveira Martins o primeiro e malfadado passo em direcção ao Partido Progressista enviando às «Novidades» o artigo *Quem faz os republicanos?*, saído a 9 de Janeiro de 1885, assinado apenas com a inicial «M».

Começava o autor por dizer que havia em Portugal um milhão de cidadãos com direitos políticos, mas apenas uns 100 mil se preocupavam com a política, «as *Repúblicas* segundo a invenção do sr. Tomás Ribeiro, bacharel em disparates sensaborões» (7), escrevia

(6) Luís de Magalhães, «Prefácio». In *Perfis*, por J. P. Oliveira Martins, Porto, 1930, págs. XXVII e XXXI.

(7) *Repúblicas* era o nome de um jornal fundado por Tomás Ribeiro.

Oliveira Martins com ironia. E assim, nove décimos dos cidadãos não manifestavam interesse pela Política, ou, quando o manifestavam, franzindo a testa «e cheios de visões sebastianistas ou pombalinas dizem gravemente: *um homem, um homem* é que é necessário».

Todavia, entendia que o tempo não estava para *homens*, e, não aparecendo o Messias, manifestavam esses interessados pela Política desespero e voltavam as costas ao rei, e sem falarem ainda em República, iam dizendo por toda a parte que só a mudança das instituições poderia salvar o país. A seguir, joga a primeira seta ervada ao Partido Regenerador:

«O republicanismo português não é um partido; para tanto basta ver a qualidade dos chefes. É, porém, uma doença, um tumor, que vai lavrando e dum dia para o outro pode atacar gravemente este jardim da Europa à beira-mar plantado — para mais uma vez termos a honra e o gosto de citar as bacharelíes do sr. Tomás Ribeiro».

Afastado, assim, desdenhosamente, o Partido Republicano, volta-se Oliveira Martins contra o todo poderoso Fontes e o seu ministro Tomás Ribeiro, aos quais lança o apodo de

«*arcades ambo* da velha academia romântica e regeneradora; ambos janotas e de mau-gosto, ambos paleadores de mau-quilate, ambos representantes vivos da banalidade empavezada, apurados um e com ares de sargento endomingado ⁽⁸⁾, açucarado o outro e com ares de trovador de administração do concelho; ambos donjuanescos, terríveis conquistadores, um do género terno, o outro do género grave; é que os dois árcades, igualmente avariados, embora um se pinte ⁽⁹⁾ e o outro não, representam a melhor água do partido cujos erros, cuja bazófia, cuja incapacidade, cujo desplane e corrupção banal, vão lançando para o lado da República os nove décimos da gente portuguesa».

Alude a seguir aos «disparates abraçados às torpezas» que lhes parecem, a Fontes e seus partidários, «o melhor modo de governar»,

(8) A referência era a Fontes, general de Engenharia, que sempre se apresentava, uniformizado ou em civil, correctamente vestido e emperdigado, o que os caricaturistas do tempo exploravam à saciedade.

(9) Era corrente que o «olímpico» Fontes se «maquilhava», como é hábito de hoje dizer-se.

salientando alguns factos elucidativos e justificativos dos seus termos violentos, para depois os vituperar indignado:

«Desgraçados! Pois tamanha porção de gordura tendes por entre as circunvoluções do encéfalo, que não vedes o resultado das vossas obras? Quando os clamores se levantarem contra os actos torpes, ou insensatos apenas, que praticais, erguer a um pedestal os vossos acusadores e dum rapazio ignorante e declamador fazeis uma espécie de herói dando-lhe coroas de martírio!»

Em face dos «disparates» regeneradores, pelas províncias, «longe do Chiado, onde as coisas se reduzem logo às devidas proporções e há uma gargalhada para disparate», as gentes simples e ingénuas, ao ler os jornais, «pasma e medita; muito fortes estão estes republicanos!» E depois, recolhendo a casa a pensar no que leu, decide que «nas futuras eleições votará com a República», porque só ela «é capaz de salvar a pátria... e de lhe dar o emprego que ambiciona».

Desta forma, conclui Oliveira Martins que o país «se encontra entre o monturo regenerador e o desvairamento republicano, entre a política imunda dum estadista decrépito e as fantasias temerárias duns jornalistas ôcos». Desta maneira o povo se encontrava vacilante «entre uma protérvia e uma quimera».

Seguidamente o político incipiente ameaça revelar o seu jogo:

«A situação, pois, é definida e clara. A estrada está franca e limpa de todos os homens de capacidade e coração; atacar em cheio a direita, e desligar dos pseudo-chefes da esquerda a gente ingénua, que, para ser republicana, têm apenas um argumento — a incapacidade e a desmoralização dos governos».

Em seu parecer, se Fontes, «desguarnecida a cabeça da famosa coroa de bicos» ⁽¹⁰⁾, fosse arredado do Poder, logo os Republicanos ficariam desprovidos de bases para os seus ataques ao regime, apenas ficando «o necessário para todos podermos aplaudir a farsa dos seus artigos pantufados e a ingenuidade das suas quimeras ridículas».

E, propondo-se a conselheiro político, escrevia:

(10) Rafael Bordalo Pinheiro representou Fontes frequentes vezes ostentando uma coroa de bicos, para simbolizar a sua onnipotência política no país.

«Moralize-se o governo, levante-se pelo prestígio e pelo exemplo a autoridade abatida, entre a ordem na administração e dissipose o caos das finanças, e ver-se-á como o republicanismo fica reduzido a um grupo de sectários mais ou menos estonteados».

E se nada disso viesse a fazer-se, concluía, não seria «de espantar que mais dia, menos dia» todos vissem «a ordem seriamente perturbada e aberto o prólogo de comoções, que porão ponto à independência do país».

O artigo, cujas passagens mais significativas se transcreveram, não é famoso, nem pelas ideias nem pela exposição, que o não distingue, senão pela relativa moderação, de tantos outros artigos dos tempos e de épocas posteriores.

Significativo foi o silêncio acerca do Partido Progressista, que, com todas as suas fraquezas, era, passe o paradoxo, uma força. O leitor desprevenido poderia concluir que em Portugal nessa época, além dos Regeneradores de Fontes, só havia o Partido Republicano, que, na tese de Oliveira Martins, engraçara com os «disparates» do Partido Regenerador, quando a verdade era que esse partido começara a criar vulto com os erros e escândalos dos dois partidos monárquicos. Cinco anos antes, por ocasião das comemorações do 3.º centenário camoniano, haviam sido os Progressistas quem se encontrava no Poder, tendo os Republicanos manifestado ostensivamente o seu desdém por esses homens, cuja política condenavam.

Preconizava Oliveira Martins o levantamento da autoridade, expressão mal definida, mas vai ser o germe desse pensamento a vertebrar a *Vida Nova*, o engrandecimento do Poder real. E se, nas suas palavras, quem se encontrava «cheio de visões sebastianistas ou pom-balinas» e desejava o advento de «um homem», um «Messias», para salvar o país do atoleiro, devia ter pensado o político incipiente que tal homem bem poderia ser ele próprio, Oliveira Martins. Espanta hoje, e já espantara no tempo os espíritos esclarecidos e atentos ao fenómeno político, como um homem de inteligência tão lúcida, pudesse crer-se apto para enfrentar os graves problemas postos perante o país, não possuindo qualquer experiência política e, acima de tudo, sem aquela dose de duplicidade e de manha sempre necessárias aos que queriam abalançar-se à travessia do pélago da política portuguesa já então em regime de liberdade completa.

E os remques desdenhosos do pensador aos Republicanos, depois dos primeiros momentos de surpresa, vão preparar o ambiente para,

poucos meses andados, desencadearem uma série de ataques, por vezes violentíssimos, não faltando sequer a chacota ao «Messias das Águas Férreas». Ia Oliveira Martins começar a trilhar a sua Via Dolorosa que o conduziria, por entre a tormenta, ao Calvário ministerial sete anos depois, essa «cloaca» (palavras suas) da qual emergia profundamente traumatizado, amargurado, enlameado.

O artigo, adrede escrito, tinha um fim oculto, oculto porque só quem estivesse no segredo — os frequentadores do Cenáculo das Águas Férreas — poderia alcançar, chamar a atenção do velho Braancamp e proporcionar-lhe o ensejo de «pegar na deixa» assim oferecida para proceder a uma remodelação do partido e preparar-se para voltar ao Poder e levar a cabo as obras que Oliveira Martins sonhava realizar.

E o antigo «patuleia» mordeu o «isco»: leu o artigo, parece ter concordado com a doutrina e escreveu ao autor a convidá-lo a ir a Lisboa para trocarem impressões. Oliveira Martins acedeu ao convite e, durante esse encontro, devem os dois homens ter conversado largamente acerca dos candentes problemas da política nacional, parecendo ter o escritor cativado o velho político, ao ponto de fazê-lo aceitar as suas ideias, que se inclinavam para um Socialismo de Estado, apoiado num forte poder autoritário, no modelo da monarquia prusiana que levava à federação dos Estados alemães.

Estava dado o primeiro passo: daí por diante Oliveira Martins não fez senão deixar-se impulsionar pela velocidade adquirida e — *mirabile dictu!* — esse homem, que tanto contribuíra para desacreditar os Braganças, iria preconizar o fortalecimento do Poder Real na pessoa daquele cujo primogénito havia de ser penúltimo Rei de Portugal.

Depois de, com os seus livros de história, ter fomentado, «como ninguém, o radicalismo político anti-liberal, o puro espírito de insurreiçã», o historiador passou a exaltar e preparar a Ditadura esclarecida, a Razão de Estado, a intervenção do Rei, o Cesarismo socialista à maneira dos alemães» ⁽¹¹⁾.

No depoimento de Luís de Magalhães, Anselmo Braancamp

«acabara por se convencer de que o único homem capaz de ser o seu braço direito perante o seu partido e numa futura situação política — era o Oliveira Martins. Este catequisara-o no sentido

⁽¹¹⁾ António Sérgio, «Prefácio». In *Dispersos* de Oliveira Martins. Tom. I, Lisboa, 1923, pág. VII.

do socialismo de Estado, e levava-o a impor ao partido um novo programa, animado por estas ideias»⁽¹²⁾.

Não cremos que o futuro conselheiro e Ministro de João Franco fosse um ingênuo, a despeito da sua juventude. Como todos os portugueses, tendo visto no escritor um «homem», deixara-se arrebatar por esse entusiasmo muito nosso que nos tem levado, pelos tempos fora, a prestar culto, esquecidos ou indiferentes às ideias que tantas vezes aqueles des-servem.

Havendo no Partido Progressista «marechais» como Emídio Navarro, Mariano de Carvalho, Henrique de Barros Gomes, José Luciano de Castro, Carlos Lobo d'Ávila e António Cândido, como poderia aceitar-se que o velho Braancamp fosse, primeiro que tudo, «impor ao partido um novo programa» sem previamente convocar, se não um congresso do partido, pelo menos os seus «marechais», com eles debatendo a conveniência ou inconveniência de introduzir no programa do Progressismo reformas ou alterações de fundo?

Em segundo lugar, seria de admitir que, como adiante escreveu o memorialista, após a apresentação de Oliveira Martins ao Porto o novo membro do Partido Progressista, saisse este daí «transformado em partido socialista»?⁽¹³⁾ Havia já um Partido Socialista, débil é certo, mas era a guarda avançada da Revolução Social, cujos alicerces tinham sido abertos pelo grande amigo de Oliveira Martins, Antero de Quental, e pelo suíço José Fontana, mais de uma década antes. Como poderia considerar-se «socialista» o Partido Progressista essencialmente burguês e conservador, ligado à Monarquia, e, poucos anos antes tivera por chefe o Duque de Loulé, casado com uma infanta de Bragança, partido que aceitava ainda a aliança da Igreja com o Estado?

Por último seria de crer que os «marechais» progressistas, pelo menos os mais fogosos, aceitassem de ânimo leve que um novato, um incipiente na Política, pudesse vir a ser «braço direito» de A. Braancamp?

Facile credimus quod volumus, e Luís de Magalhães dava razão ao prolóquio ao escrever o parágrafo acima transcrito.

Que o chefe do partido também não se mostrava disposto a embarcar de ânimo leve *dans cette galère-là* prova-o o conselho que deu a Oliveira Martins para lançar no Porto, o antigo baluarte «patuleia», um novo movimento político ao qual depois daria o seu *placet*,

(12) MS cit. fol. 8.

(13) Fol. 29.

devendo o escritor tornar público o seu programa como introdução ao livro que estava a preparar. Significava isto algo de muito diferente do escrito por Luís de Magalhães, sendo de salientar que o velho político se encontrava perfeitamente ciente das dificuldades, impossibilidades mesmo de o seu partido aceitar o ideário martiniano, aliás ainda mal definido.

O escritor metera mãos à obra e reunira em volume, com o título de *Política e Economia Nacional*, um conjunto de nove artigos, divididos em três partes — Política, Economia metropolitana e Marinha e Colónias — escritos entre 1881 e 1883, entre os quais a célebre carta a D. Luís I, em defesa dos pescadores póveiros, e a conferência *Comércio marítimo português*, proferida na Sociedade de Geografia Comercial do Porto⁽¹⁴⁾.

O que mais interessa, em relação ao momento do lançamento da obra, é a «Advertência», Manifesto-Programa de arranque do autor para o movimento da *Vida Nova*, saído precisamente da conclusão dessa Advertência.

Após algumas palavras explicativas das razões determinantes de o autor compilar os artigos e ensaios incluídos no volume, escreve:

«A principiar pelas questões propriamente políticas, o leitor verá que no momento actual se me afigura indispensável desenfear o Parlamento das duas influências nefastas que, segundo o consenso unânime, reduziram o nosso regime constitucional a um grau de abatimento lastimoso. Perverteu-se a natureza peculiar das instituições, tornaram-se de facto as Câmaras (isto é, os deputados e pares tomados individualmente) o verdadeiro *executivo*, e tornaram-se os ministros o poder *legislativo*, pois que o menor cuidado dos legisladores é discutir as leis, e o máximo impor aos ministros as suas exigências, os seus *empenhos*, em benefício do círculo, do influente — do compadre».

Oliveira Martins via na burocracia e no que chamava *campanário* as duas influências nefastas citadas. A Câmara dos Deputados era «uma sucursal das secretarias» por serem os seus membros, «na sua grandíssima maioria empregados públicos». E continuava:

(14) Vd. o ensaio do autor *Oliveira Martins e a «Sociedade de Geografia Comercial do Porto»*, publicado no «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto, vol. XVII, 1954, fascs.1-2.

«Como deixarão de ser os votos parlamentares uma sanção apenas, e as discussões positivas paródias? Admite alguém sequer a hipótese de uma divergência de opinião entre um ministério e a sua maioria? Viu-se já uma só vez faltar a algum gabinete o apoio dos deputados por ele eleitos?»

Mas havia mais. Além de deputados dos Governos, teria de considerar-se o peso das influências sobre eles;

«e no pacto mais ou menos tácito celebrado com o governo recebeu dele tudo o que reclamam, em troca do apoio incondicional dado a toda e qualquer lei mais ou menos improvisada, mais ou menos estudada que sai — quando sai — do ventre das secretarias».

Constituíra uma espécie de «sistema de ditadura crónica e de governo pessoal exercido dentro dos moldes parlamentares». Todavia as coisas não se passavam assim porque se qualquer lei, votada pelo legislador «de olhos fechados», foi ferir um *trunfo* do seu círculo, o autor «corre ao ministro para que torça, para que suspenda, para que remedeie o mal que fez».

E explica:

«E o ministro obedece. E de facto os governos do país são governados por dois centos de legisladores, os quais a seu turno se deixam governar pelos influentes que por sua vez dependem dos galopins locais. Há por aí taberneiro que num momento dado pode mais que um ministro da coroa».

Entendendo ser «indispensável pôr ponto neste desarranjo da máquina constitucional», indicava logo a seguir o «remédio»: anular «uma pela entre as duas influências nefastas» e dar «independência a ambos os poderes, legislativo e executivo», o que, aliás, a Carta Constitucional determinava, sendo o meio para lá chegar a «generalização do sistema da lista múltipla para a composição da Câmara dos Deputados», daí resultando impedir que «os eleitos do povo» continuassem a «ser criações do senhor Visconde de Isto ou o senhor marquês de Aquilo, pessoas onipotentes nas várias regiões do país».

Quanto à Câmara dos Pares, aventava o que pode considerar-se hoje um embrião da antiga Câmara Corporativa do Estado Novo, nela devendo ter assento «os representantes das forças vivas e das insti-

tuições nacionais», escolhidos, «não por eleição imediata, directa ou indirecta, mas por delegações das juntas dos distritos, dos tribunais superiores, das associações comerciais, etc.». Em nota, apresenta um exemplo com delegados das Juntas Gerais dos Distritos, os Presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto, os das Associações Comerciais das duas cidades, delegações do Generalato, do Episcopado e da Magistratura Superior, delegação dos Conselhos das Escolas Superiores, num total de 80 membros, sendo dos 40 restantes 10 com eleição em lista única em todo o país, e 30 de nomeação livre do Governo.

«Perante um Parlamento assim constituído — continua — o executivo seria forçosamente obrigado a ter pensamento e autoridade própria e a exercê-la, pois que não encontraria unidas numa mesma dependência as duas Câmaras que hoje governa e pelas quais é governado».

Mais adiante, prossegue:

«Construir porém a máquina constitucional é apenas um primeiro passo. Engana-se, supondo-se estadista, aquele que imaginar ter feito tudo desde que fez a Constituição».

Em seu parecer, a Constituição deveria ser como uma casa, «ampla ventilada, luminosa e bem disposta»; não passaria, ainda assim, de uma casa, por lhe faltarem os habitantes, e estes seriam «as ideias que se traduzem em leis». Joga então um remoque ao Partido Regenerador, o «nosso radicalismo (*sic*) actual», o qual,

«sem ideias definidas capazes de se traduzirem em leis, sem noções próprias acerca do regime das forças e elementos sociais, parece esperar tudo de uma solução teatral — de facto simples, e sob este ponto de vista relativamente indiferente, do poder moderador ser exercido por um presidente electivo».

O que lhe parecia grave, sério e importante, era que ao governo do nosso país, além da inteligência e da moralidade, «porque isso é óbvio», devia presidir a «uma compreensão lúcida e progressiva da autoridade e da missão do Estado». E esta «não consiste, não pode consistir unicamente em manter a ordem, «porque vai ainda mais longe, passando o escritor a enunciá-la em síntese, desde a protecção às classes

miseráveis que lhes permitirá «subir gradualmente à dignidade de cidadãos conscientes», até aos problemas mais instantes da vida nacional que requerem as atenções do Governo: a instrução, o imposto, a circulação, as alfândegas, a viação, a dívida pública, a administração, etc.

O equilíbrio orçamental, pelo qual irá bater-se seis anos mais tarde, nas cadeiras do Governo sem, afinal, o realizar, nem sequer esboçar, o regime tributário e a organização da circulação, eram, do seu ponto de vista, «as medidas mais urgentemente reclamadas pela economia do Estado e da Nação», apontando adiante algumas das providências a adoptar para tal fim, entre as quais a nacionalização dos caminhos de ferro.

O facto de se introduzir ordem nas finanças não seria, porém, suficiente, por se impor «aviventar as forças produtivas do país». Impunha-se ainda trazer à cultura metade da superfície do reino, que se encontrava inculta, enquanto «uma emigração descomunal vai buscar fora trabalho que os estadistas não sabem como proporcionar-lhe dentro dos limites das fronteiras», aqui se encontrando o núcleo do Projecto de Lei do Fomento Rural, que, como futuro deputado, apresentará às Câmaras daí a dois anos.

Preconizava a reforma das pautas aduaneiras, «conciliando quanto possível as exigências excepcionais e excessivas do tesouro público com as exigências permanentes da defesa do trabalho nacional».

Aventava a promulgação de um Código do Trabalho fabril, regulamentando os tempos do trabalho diário, bem como o das mulheres e das crianças, e criando instituições preventivas dos acidentes no trabalho bem como da aposentação por velhice.

A reforma do Código Comercial de Ferreira Borges foi outra das providências preconizadas, o que veio a fazer-se três anos mais tarde com a promulgação do novo código ainda actualmente em vigor.

O fomento da indústria da pesca e da das conservas de peixe, a restauração da marinha nacional e da construção naval e, ainda, a descentralização administrativa dos domínios ultramarinos, «nacionalizando quanto possível o seu comércio», e procurar fazer-se de Angola «uma fazenda rendosa, como outrora foi o Brasil», eram outras das providências propostas pelo escritor, as quais deveriam ser acompanhadas «por uma organização prática e sensata do ensino — especialmente o secundário que é o mais importante numa democracia».

Toda esta primeira parte da «Advertência», com o aspecto de facto construtivo, do pensamento político do autor, constituiu a pre-

paração para a sua profissão de fé progressista, com a qual a vai concluir. Antes, porém, e para vincar bem as razões de aderir ao Progressismo, cai a fundo sobre o Partido Regenerador e seu chefe, o olímpico Fontes. Vale a pena transcrever este passo, embora longo:

«Para o conseguir, porém, é mister passar uma esponja sobre a história actual e recente, fazer um grande acto de contrição, apagar até a própria lembrança desta orgia *regeneradora* em que nos vemos ir a pique desoladamente impotentes, esperando tudo dos meios ilícitos, alcançando tudo do compadrio, tornando Portugal com os seus quatro milhões de habitantes um grande viveiro de afilhados que rumorejam pedindo favores em torno do homem que se arvorou em compadre universal destes reinos.

«Esta perversão íntima de todas as coisas, este género singular de governo que escapou à classificação de Aristóteles, é a *causa mortis* da nossa sociedade. Ilusão cruel, que põe os nacionais de um país na situação dos povos que exploram gentes estranhas!

«Porque os explorados afinal somos nós mesmos. Nós próprios, ou nossos filhos por nós, pagaremos dia mais, dia menos, as consequências do erro fatal de nos pendurarmos às abas do *raglan* de alamares do homem que fez da abjecção o princípio fundamental do governo, e para quem Portugal se resume nos dois ou três centos de mendigos influentes que zumbem e intrigam em volta dele.

«Ele rege o País como coisa sua e rege-o mal e desastradamente; e nós abdicámos os nossos direitos e a nossa dignidade até nas suas mãos; nós que somos afinal os donos da propriedade enfeitecida ao bando *regenerador*, havemos de gemer no dia em que a ironia amarga nos chicotear o lombo com os açoites das desgraças que preparámos por nossas mãos impotentes, e que ele amontuou com as suas, erguendo o index para o ar num gesto petulantemente soberano.

«Para os homens emprega-se um sistema único: a veniaga 'que quer ele?' Para as instituições usa-se de um único sistema: sofismá-las. Um padre-mestre do partido, tendo pedido auxílio a um homem sério e ilustre para a candidatura a deputado de um idiota, e objectando-se-lhe que ao menos escolhesse gente capaz, respondeu: 'Idiotas é que nós os queremos; se o não fossem,

davam-nos com uma tábua bem sabe onde'. As anedotas autênticas pintam ao vivo as situações».

Mais adiante, a propósito da política de fomento do Partido Regenerador, escreve:

«Que importa que ao regime da corrupção omnímota e universal os *regeneradores* cosessem o plano dos melhoramentos materiais? A construção de estradas e caminhos de ferro, empresa sem dúvida útil e que seria infalivelmente levada a cabo quer houvesse regeneradores, quer não, foi porém nas mãos deles um *instrumentum regni* com o qual puderam alargar a área da corrupção política, com o qual iludiram a gente de boa-fé, arrasando as *finanças* à sombra dos *melhoramentos* para a situação obscura em que se acham ao cabo de trinta anos de fomento incomparável — segundo dizem! — forçados a ir recorrer a um imposto obsoleto, ominoso, como é o sal.

«É que a imoralidade andou sempre de braço dado com a mesquinhez da inteligência proverbial dos corifeus que viam uma pirâmide simbólica 'acima do cavalo da diligência, o trâmuei, acima deste a locomotiva, e acima de tudo o progresso'» ⁽¹⁵⁾.

«É que a compreensão íntima das funções económicas do Estado se resumia para tais homens nos progressos da viação! A sua fúria pelos caminhos de ferro foi até ao ponto de não lhes bastando já Portugal, ir dotar com eles a Espanha. Somente nunca a *Regeneração* bateu uma vez única na testa perguntando se não conviria olhar mais um pouco para a produção e menos um tanto para a circulação da riqueza. É que ela, propugnadora e defensora do sistema das dívidas consolidadas, fez da viação um credo, pôs-se de joelhos diante dos carros e vagões e acreditou piamente que bastava abrir caminhos para inventar produtos».

Admitia Oliveira Martins que o fomento de Fontes contribuisse para o aumento da riqueza pública, mas esses melhoramentos

«de tal modo foram feitos e a tais desvarios serviam de pretexto, que levaram a Nação ao estado em que se vê. Endividaram a

(15) Palavras de Fontes no seu discurso de 18 de Janeiro de 1865 na Câmara dos Deputados.

mais não poder ser o Tesouro, dificultando hoje os meios para o fomento da produção propriamente dita, e o homem que via dependente a salvação da Pátria do facto dos portugueses serem obrigados por lei a viajar três meses, pôde contemplar vaidoso e inchado como um personagem a valer, fazendo acreditar a muita gente que ele, o das mãos rotas, era verdadeiramente um estadista».

Cria que tanto se havia descido politicamente em Portugal, que se chegara ao ponto de se proclamar génio a faculdade de sofismar todas as leis, de comprar ou enganar todos os homens absolutamente, para nada, salvo se encarregar à última hora, na véspera da abertura das Câmaras, um qualquer *quidam* de apresentar «um projectículo de imposto do sal ou da aguardente». Aquela corrupção, já imitada de Guizot por Costa Cabral, tinha em vista a conservação do *status quo* e só podia levar a «um poço de lodo fofo» em que os políticos se afundariam.

A concluir o requisitório, carregado nas cores (e não se esqueça o leitor que Oliveira Martins era, por temperamento, pessimista) dizia:

«Chegamos ao momento em que a água suja e viscosa dá pela barba: há aí alguém que nos acuda e nos tire do atoleiro imundo?»

Ele cria haver alguém capaz de o fazer, e essa deveria

«ser a missão nobilíssima do partido cujas tradições são a honra intemerata e a dignidade altiva; do partido que contou entre os seus Passos Manuel o grande democrata, e Sá da Bandeira a quem Herculano chamou o Bayard português; do partido querido de D. Pedro V, esse rei malgrado e superior à sua sorte».

Era a abertura que ia facultar-lhe a entrada no Partido Progressista! Espanta-nos hoje, como espantou as gentes de há um século ver como um historiador da envergadura do autor do *Portugal contemporâneo* confundisse com o Partido Setembrista, desaparecido praticamente com o fim da *Patuleia*, o Partido Progressista, que não seria possível considerar-se o continuador do Setembrismo através do Partido Histórico que entrara no chamado Pacto da Granja do qual saiu o Partido Progressista. A *Regeneração* viera transformar o panorama político português, operando-se nele um amálgama de políticos rege-

neradores e antigos setembristas, afinal não entrados na liça empunhando o estandarte do Setembrismo. Desaparecera, com a *Patuleia*, o antigo radicalismo herdeiro do Vintismo, do qual o espectacular Saldanha, na mocidade, se fizera denodado campeão. O grande lutador, que fora Rodrigues Sampaio, o fundibulário feroz d'«O Espectro», esquecido das suas antigas diatribes contra D. Maria II, era agora um dos «marechais» do Partido Regenerador, chegando, ele, o antigo jornalista violento que vira o seu jornal fechado à ordem dos esbirros de Costa Cabral, a apresentar uma Lei de Imprensa, que levantou a maior indignação, dando origem à apóstrofe violenta do poeta Gomes Leal *O Renegado*.

Surgira, entretanto, um novo partido, o Reformista, nele ingressando alguns «históricos», que já nada tinham a ver com o Setembrismo. E durante alguns anos, Históricos e Regeneradores deram ao país analfabeto a ilusão de um radicalismo que ninguém queria descobrir nos recentes Republicanos. Sentindo a sua debilidade, que, antecipadamente, lhes anunciava a morte para breve, esses dois partidos, em 1876, na praia da Granja, decidiram fusionar-se criando-se então o Partido Progressista, cuja chefia se entregou ao Duque de Loulé.

Oliveira Martins não estava portanto a fazer uma afirmação fundamentada, sabedor, como era, de nada haver de comum entre Progressistas e Setembristas, embora ao primeiro pertencessem alguns homens que se haviam evidenciado durante a *Patuleia*, e entre eles Anselmo José Braancamp. Os novos, aqueles que já então ocupavam a posição de «marechais», haviam entrado para o partido após o Pacto da Granja ou pouco antes.

Das suas palavras parece poder deduzir-se que o historiador pretendia encontrar, perante a própria consciência, justificação por ter escolhido um partido monárquico em vez de ingressar no Partido Republicano, para o qual o convidara o Prof. Rodrigues de Freitas.

Por isso continuava ele a dirigir-se ao «antigo partido *patuleia*» (*sic*), quer dizer a A. Braancamp, para se inspirar «numa política nova (...) abandonando a preocupação exclusiva de juristas mais ou menos radicais», e

«mostrasse, perante a restauração da autoridade e da riqueza nacional e perante a protecção a dar a deserdados da fortuna, o mesmo espírito democrático de que em outros tempos dera provas quando se tratava de dotar o povo com garantias e direitos políticos».

Segundo cria, seria essa «a única maneira actual ou *moderna* de se ser «*patuleia*». A «tradição do antigo (*sic*) partido progressista podia salvá-lo ainda» e consigo salvando o País naquele momento «de instabilidade gravíssima». Se a opinião unânime das gentes lhe tinha «até certo ponto» negado «a capacidade governativa, jamais lhe reconheceu o nobre título de honrado», o que era «a melhor âncora quando a mudança indispensável das coisas reclama antes de tudo a substituição da veniaga pela moralidade no governo da Nação».

Antes de concluir dava um conselho ao Progressismo, isto é a A. Braancamp, para se inspirar nas ideias que, não ele, Oliveira Martins,

«mas o País inteiro lhe impõe expressas nos vagos desejos de uma *Vida Nova* ⁽¹⁶⁾, e não poderá deixar de encontrar apoio no povo que tão depressa visse realmente nisso um interesse e um incentivo acudiria logo a alistar-se em volta dos chefes neopatuleias. Creio que o mal dos partidos constitucionais é não terem raízes profundas na gleba popular, e serem apenas estados-maiores sem soldados. A *Regeneração* compõe-se dos conselheiros das secretarias aliados a umas dúzias de conselheiros ricos: é este o futuro que sorri aos progressistas? Pois é sem dúvida o que os espera pelo caminho em que têm ido».

Parecia que tudo estava dito. Porém, o nóvel político, sentindo já fremir no seu íntimo o estofo do estadista, visava ainda mais alguém a quem se permitiu também aconselhar:

«Lembre-se o rei do que lucrou seu avô em se bandear com um partido; lembre-se do que lucrou sua mãe em se identificar com a causa cabralista; medite em que não há hoje, nem uma guerra, nem a ilusão de uma doutrina, para desculpar tais desvairamentos; reconheça que os seus escrúpulos e os seus receios — fala pela minha voz, como noutras eras, o sentimento profundo mas não hostil da arraia-miúda — põem em risco a magistratura que exerce».

A concluir entendia que todos os do povo deviam lembrar-se de que no triste estado do País não havia remédio possível «fora de uma vida nova», para cuja instauração todos deviam pôr de parte as

(16) Sublinhado nosso.

suas rivalidades pessoais e partidárias, assim como as questiúnculas de campanário, e disporem-se «sinceramente» a meter mãos à obra reformadora da nossa sociedade, esforçando-se por dissipar a ideia de ser «ilusão cruel de que explorando por todos os modos o Estado nos não exploramos a nós mesmos», varrendo «para bem longe de nós todos aqueles que fazem ou fizeram dessa ilusão o alicerce do seu poder futuro» (17).

Eis o esboço do programa de onde saíam, ou deviam sair mal-feridos os Regeneradores e onde o rei D. Luís teria, talvez, tido a surpresa de ver que o autor da *História de Portugal* ainda não esperava grande coisa dos Braganças, não podendo prever que nesse esboço, por então informe, e, aqui e além, contraditório, se encontrava o núcleo das ideias futuramente abraçadas com entusiasmo e decisão por seu filho primogénito, do mesmo passo que o exautorador dos Braganças se converterá em frequentador do Paço.

Entre parêntesis, queira o leitor atentar nos passos por nós transcritos e comparar a situação do País nesse tempo, e seguidamente lançar uma vista de olhos, ainda que seja ao de leve, para a presente situação de Portugal, exactamente cem anos posterior, e depois tirar as suas conclusões...

Por duas vezes insiste Oliveira Martins na expressão «vida nova», em breve adoptada para baptizar o novel movimento político, saído precisamente desta «Adventência», lida pelo velho Braancamp e com cujas ideias, talvez impressionado, parece ter concordado.

Entretanto, o futuro memorialista da *Vida Nova* irá publicar n'«O Primeiro de Janeiro» de 19 de Março, um longo artigo de elogio ao novo livro de Oliveira Martins, salientando e comentando as passagens mais significativas, apoiando-as incondicionalmente.

Braancamp, lido o livro, escreveu ao autor uma extensa carta, onde fazia diversas considerações, das quais destacamos aquela em que o velho chefe político se declara conforme com as ideias de Oliveira Martins:

«Muito folguei ver sustentadas por tão autorizada pessoa, algumas opiniões que tenho formado há muitos anos, mas são problemas de tal ordem que, se é fácil apontar os defeitos do que existe, é de suma dificuldade encontra-lhe remédio prático e satisfatório. Que o sistema constitucional é um sistema puramente artificial, dissolvente e sem força para qualquer empreen-

(17) *Política e Economia Nacional*, 2.^a edição, Lisboa, 1954, págs. 7-28.

dimento de maior alcance, é para mim, desde há muito fora de dúvida. Mas como substituí-lo? pela República? Com os nossos actuais republicanos o remédio seria pior que o mal, mudaria a forma de governar mas sem curar o vício capital que corrói a nossa moderna sociedade; a sede de gozar, o *faz me arranjo* do Sr. Fontes, o mercantilismo na sua acepção mais egoísta e rasteira».

Após um parágrafo a manifestar o seu desalento quanto à possibilidade de cura dos males do sistema constitucional, escrevia:

«Desculpe V. Ex.^a, estas divagações só servem para mostrar-lhe que estou de pleno acordo com o seu modo de pensar, pelo menos nos pontos essenciais, e também que é profundo o meu desânimo quando encaro estas questões vitais, que dia a dia nos assoberbam» (18).

Apesar destas palavras animadoras quanto ao plano ideológico, suspeitamos não acreditava que o nóvel político se encontrasse à altura de ser investido em funções de confiança para poder ombrear com os «marechais» do partido, quase todos com larga experiência política, sobretudo dos seus expedientes. Velhos lutadores, autênticos fundibulários, como Navarro e Mariano, não aceitariam de boa sombra ver um novato sentar praça em posto tão elevado sem previamente passar... pela recruta. O próximo futuro o demonstrará com exuberância.

Porque Oliveira Martins suspeitaria de o seu futuro chefe não depositar grandes esperanças no novo movimento a lançar, em resposta à carta de A. Braancamp escreveu-lhe pouco depois:

«Quando tive a honra de expor a V. Ex.^a o que se projectava fazer aqui, limitei-me a perguntar se V. Ex.^a como Chefe do partido aprovaria o movimento planeado, pedindo apenas que no caso afirmativo o não hostilizasse, mantendo-se superiormente estranho às dissidências locais dos elementos progressistas do Porto».

(18) *Correspondência* de J. P. Oliveira Martins, Lisboa, 1926, pág. 61.

A concluir, escrevia:

«Ex.^{mo} Senhor, volto a pedir a V. Ex.^a o que verbalmente pedi: que, pondo acima de considerações de lealdade pessoal, honrosíssimas sem dúvida e dignas do máximo respeito, as considerações de conveniência patriótica e política e considerando a sua presidência do partido superior às dissidências locais, não alcunhe de herejes este grupo que se constituiu e vai afirmar publicamente a sua existência proclamando ideias que mereceram a aprovação de V. Ex.^a. Ouso confiar em que o tempo, em breve espaço, mostrará a V. Ex.^a o fundamento do nosso proceder e que esse mesmo tempo efectuará a unificação de todos os elementos progressistas do Porto e do norte do país, restaurando-os a uma força que seria prejudicada em vez de favorecida por uma tentativa forçada por ser prematura» ⁽¹⁹⁾.

Estas palavras, entre receosas e esperanças do nóvel político, revelam-no perfeitamente ao facto do estado do Partido Progressista nessa época, profundamente dividido, enquanto o grosso desse partido, tal como o Regenerador, alvo dos seus ataques quer no *maiden-speech* das «Novidades», quer na «Advertência» do livro recém-publicado, não passava de mais uma dessas «sociedades de exploração bravia a que se chama partidos» ⁽²⁰⁾.

O Porto era, ao tempo, de facto um vespeiro onde se debatia uma grande questão que levaria à cisão do partido. Havia seis anos que ali «as dissensões lavravam fundamente e acabaram por se agravar com o caso do sindicato de Salamanca, que separou absolutamente os dois grupos que desde há tempos se iam desenhando, no correr das intrigas que dilaceravam o partido» ⁽²¹⁾.

Chefiavam os dois grupos desavindos, respectivamente o Eng.^o José Augusto Correia de Barros e o Dr. Tomás Lobo. O primeiro, antigo engenheiro da companhia dos Caminhos de Ferro do Sueste e do Norte e, depois, das Obras Públicas em Vila Real, fora nomeado 1.^o engenheiro do direito do Porto, sua terra, tendo-se exonerado do lugar em 1871. Procurador à Junta Geral do Distrito, foi sucessivamente vereador e presidente da Câmara Municipal, cargo que desempenhava quando Oliveira Martins entrou na Política.

⁽¹⁹⁾ *Loc. cit.*

⁽²⁰⁾ *O regime das riquezas*, Lisboa, 1894, pág. 185.

⁽²¹⁾ MS de Luís de Magalhães cit. fol. 16.

O segundo fora governador civil do Porto quando o Partido Progressista subira ao Poder em 1878, e acusava Correia de Barros «de ter traído o partido unindo-se aos regeneradores na questão do sindicato» ⁽²²⁾.

Correia de Barros, homem de estatura abaixo da mediana, alvo por isso dos caricaturistas e de Mariano de Carvalho, que lhe chamava «Tambor-mor dos pequeninos», era um político como tantos outros desse tempo, que nos actos eleitorais se servia de todos os processos e meios para alcançar a vitória dos candidatos do seu partido. Dotado de grande dinamismo, criara dedicações, mas, em contrapartida, inimizades fundas e desdéns, sendo muitas vezes alvo da maledicência e da chacota nos cafés e nos jornais.

Perante o *embroglio* progressista na cidade e porque ambos os chefes progressistas se intitulavam «puros e legítimos» representantes do partido, Oliveira Martins sentiu-se indeciso na aproximação para dar a sua adesão oficial ao Progressismo, havendo, como havia, dois «centros» no Porto, revestindo-se o caso do aspecto cómico de a própria Comissão Executiva de Lisboa não saber qual era o oficial e autêntico! ⁽²³⁾.

Na citada carta para A. Braancamp descrevia-lhe Oliveira Martins a situação do partido na Cidade Invicta ao regressar de Lisboa aonde fora chamado pelo chefe progressista:

«...à minha volta ao Porto não perdi um instante para congregar os elementos a que me referira, preparando-se uma reunião dos homens antigos e novos, e lançando-se as bases da fundação de um jornal que fosse órgão do que me parece ser actualmente a opinião desta cidade e em geral do norte».

A carta de A. Braancamp deixou surpreendido e também desorientado, porque o velho político cria possível, ao que se depreende, uma reunião de todo aquele rebanho desavindo por meras questões pessoais, cujo fundamento oculto era a Política. Na conversa em Lisboa já Oliveira Martins explicara.

⁽²²⁾ *Loc. cit.* Esclarece Luís de Magalhães que «quando o Barros foi a Lisboa presidindo ou acompanhando a comissão que foi representar a fauna (?) do sindicato, o Mariano lhe chamou nos jornais *traidor, garoto, tambor-mor dos pequeninos* e exprimiu o seu bom desejo de que as pedras, que atiraram à comissão à saída de Santa Apolónia, não fossem todas bater em cheio *no mais pequeno de corpo, mas mais em vileza* e não sei que mais».

⁽²³⁾ *Loc. cit.*

«que as condições especiais da política do Porto tornaram impossível por prematura qualquer tentativa de reconciliação dos elementos antigos do partido, aqui; e tendo tomado o pulso aos elementos novos mais me confirmei na minha opinião».

Braancamp insistia na reconciliação dos elementos antagônicos. Oliveira Martins, porém, e, cremos bem, que, desse ponto de vista, avisadamente, entendia:

«Qualquer tentativa de conciliação dos elementos antigos daria um mau resultado, porque os ressentimentos são ainda vivos; e além disso traria consigo a exclusão das forças novas prontas a entrar em campo. Por outro lado não me parece a mim (perdê-me V. Ex.^a a ousadia da minha opinião) adequado ainda o momento de provocar um grande meeting e uma agitação no norte, especialmente sob o pretexto das reformas políticas, assunto que não provoca o interesse público e acerca do qual é bem sabido aqui que a abstenção do partido exprime todavia a divergência das opiniões dos seus membros, do que o pensamento sem dúvida comum da reprovação que merecem.

«Parece-me que o pensamento da conciliação exterior e aparente, pode em certos casos sacrificar a força bem mais importante que vem da decisão enérgica do pensamento político» (24).

Deve ter sido em face do conteúdo desta carta que A. Braancamp, no intuito de oferecer a Oliveira Martins a oportunidade de lançar o seu movimento e, simultaneamente, pôr as coisas a claro, mandou ao Porto um dos seus «marechais», Henrique de Barros Gomes, amigo do historiador, mas recebido com a maior hostilidade e dureza pelo grupo de Tomás Lobo. Barros Gomes, vendo a indiscutível superioridade da «influência» do grupo de Correia de Barros, decidiu-se a propor ao seu Chefe o reconhecimento deste, e, considerando do maior valor a adesão de Oliveira Martins ao partido, disse-lhe, ao despedir-se em Campanhã:

— «Tudo está em que V. entre no partido. É uma das razões por que me inclino para o Barros».

E Luís de Magalhães comentou: «O Barros, pois ficou devendo este primeiro serviço a Oliveira Martins — ser reconhecido oficialmente como o chefe do partido progressista no Porto» (25).

(24) *Correspondência* cit págs. 60-63.

(25) MS cit. fol. 26.

Uma vez reconhecido o Centro Progressista de Correia de Barros como o único legítimo, podia Oliveira Martins fazer a inscrição no partido. Foi, então, pessoalmente à praia da Granja, celebrada já pelo citado pacto entre Históricos e Reformistas, onde se encontrava A. Braancamp a repousar, na companhia do Dr. Queirós Veloso, seu grande amigo que o acompanhava desde o princípio na Sociedade de Geografia Comercial do Porto ⁽²⁶⁾, da qual um grupo muito numeroso de sócios viriam a seguir o escritor, entrando praticamente na agonia a prestimosa agremiação que ainda se arrastou por três anos mais até desaparecer de vez.

Da conversa dos dois homens parece ter ficado resolvido realizar-se uma sessão no Centro do partido para o neófito ali ser apresentado e se proceder seguidamente à eleição de nova Comissão Executiva, da qual Oliveira Martins seria o Vice-Presidente. Correia de Barros, homem versado em tranquibérnias políticas a justificarem os ataques frequentes da Imprensa, teve nesta ocasião, segundo Luís de Magalhães, um rebate de bom-senso, negando-se a assumir a presidência da comissão, por entender pertencer tal lugar de direito ao historiador. E disse:

— «Que dirão de mim, vendo-me a presidir a uma comissão de que V. é membro?»

O chefe progressista tinha, aparentemente, razão, não podendo estabelecer-se qualquer paralelo entre o valor intelectual, moral mesmo entre os dois homens.

Havia, porém, por outro lado o contra emergente do facto de ser ele, Barros, o chefe do partido no Porto, a ele competindo de direito a presidência, além de ser Oliveira Martins um novato em Política e sobretudo conhecido, entre as massas politicantes, pela *História de Portugal*, onde atacara a Casa de Bragança e cobrira de lama e de ridículo muitos dos seus membros. As massas (naturalmente as alfabetizadas) que formavam a sua opinião política através da leitura dos jornais dos seus partidos, não poderiam compreender, nem, em muitos casos, aceitar que este homem, conhecido como demolidor violento das instituições, pudesse descer até elas batendo-se na mesma trincheira por desideratos oportunistas, a milhares de quilómetros de distância de um pensamento devidamente estruturado.

Devia haver, entre os velhos progressistas do Porto, muitas suspeitas de um *volte-face* tão súbito da parte do historiador, cuja

(26) *O Socialismo na Monarquia*, por F. A. Oliveira Martins, Lisboa, 1944, pág. 51.

obra conheciam de outiva, mas cujo ideário político ignoravam totalmente. Em atenção a tudo isto entendeu-se impor-se a apresentação do novo progressista aos membros locais, tendo Oliveira Martins conseguido convencer Correia de Barros de a presidência da sessão lhe competir por lhe competir também a do Centro progressista.

Atendendo ao interesse em ouvir o nóvel político, a reunião dos progressistas efectuou-se a 25 de Abril no salão do antigo Teatro do Príncipe Real, à rua de Sá da Bandeira, tendo a sessão sido presidida por Correia de Barros, ladeado pelo Dr. Delfim Maria de Oliveira Maia, professor do Liceu e grande entusiasta da Sociedade de Geografia Comercial, e por Oliveira Martins.

Tomando a palavra, o presidente disse ter de fazer «uma declaração categórica e solene», antes de se iniciarem os trabalhos, e consistia em se desmentir o boato de se ter posto em dúvida que Anselmo Braancamp tivesse dado o acordo à sessão que estava a realizar-se, enquanto, por outro lado, se dissera não ter o Chefe do partido conhecimento dela, pelo que ia ler um período da carta de Braancamp, dirigida a ele, Correia de Barros, e recebida na véspera, na qual o velho político mostrava o desejo de aquela reunião vir a ser o início de uma nova era para o partido, não apenas no Porto, mas em todo o País.

Seguidamente passou a analisar a situação económica portuguesa, referindo-se à dívida pública, ao tempo superior a 9000 contos, enquanto a dívida flutuante subia a 50 por cento daquela importância, impondo isto à Capital do Norte o dever de fazer-se ouvir, «pondo-se à frente da cruzada que se vai iniciar, para bem da Pátria», entendendo o orador ser «indispensável que o Partido Progressista se mobilizasse em pé de guerra», começando por preencher as vagas da Comissão Executiva.

Propunha, portanto, se procedesse à eleição dos novos membros, em número de sete, ficando depois a Comissão autorizada a entrar em contacto com todos os centros progressistas ao norte do Mondego «para a acção em comum da redenção do País».

Antes de terminar, referiu-se «às valiosíssimas adesões que o partido acabara de receber, já pelo número delas, já pela posição e ilustração dos combatentes, tendo todos eles permanecido até agora fora das lutas partidárias», oferecendo-se esta oportunidade para referir-se em especial a Oliveira Martins, de quem fez o elogio ⁽²⁷⁾.

(27) Relato de «O Comércio do Porto» de 26 de Abril de 1885.

A fazer fé pelo relato jornalístico da sessão, as palavras de Correia de Barros não devem ter brilhado pela eloquência, nem pela elevação de pensamento, encontrando-se assim dentro do vulgar, ao tempo, em sessões de propaganda eleitoral.

Concedida a palavra a Oliveira Martins, iniciou este a sua intervenção com dizer que, «no exercício da sua vida pelo trabalho, nunca interviра na política activa, na política militante. Porém, à medida que prosseguia nos seus estudos e avançava em idade, vira a crise que ameaçava a nação, achando-se até ameaçada a nossa nacionalidade, e assim entendera dever intervir na política do seu país, alistando-se em um dos partidos constitucionais».

Como economista que era, falou seguidamente das finanças, do comércio e da indústria, referindo-se ao problema da emigração, que nesse tempo se vinha fazendo em larga escala para o Brasil, ao qual se vendiam (*sic*) anualmente 8 a 10 mil portugueses, recebendo-se em troca alguns milhares de contos, do que, em virtude da situação cambial no Brasil, resultaria em qualquer momento uma crise.

Prosseguindo, antecipando-se àqueles que se encontravam na expectativa a seu respeito, disse ser hábito perguntar-se a alguém nas suas circunstâncias, quem era e o que pretendia. Por si, nada queria: não queria empregos, porque conseguira uma vida honesta trabalhando. O que o movia não era, portanto, o dinheiro nem os empregos, «mas sim uma grande vaidade, uma grande ambição de querer ser útil ao seu país, e de fazer alguma coisa em benefício dele».

Aludindo a um dito de Herculano de o mal de Portugal ser ter intrigantes em vez de ambiciosos, ele, orador, declarava-se um desses ambiciosos, decidindo-se por isso a pedir um voto de confiança a quem tão liberal tem sido em dá-los». Promessas não as fazia, porque nas condições em que Portugal se encontrava e com os hábitos introduzidos pela política, ninguém podia assegurar se obtivesse qualquer coisa. «O dever de todos era fazer alguma coisa, era defender até o último palmo do nosso território».

Não lhe perguntassem quais eram os seus compromissos. A sua acção seria «pôr toda a sua boa vontade, toda a sua energia à disposição dos seus concidadãos, e deste modo não fazia mais promessas do que a da sua dedicação, pedindo em troca a deferência e o respeito de todas elas».

E logo a seguir, profeticamente, disse saber qual «a sorte que o esperava, porque a de todo o homem público é ser vilipendiado até nas suas intenções mais rectas. Tudo isto havia de suceder a ele,

orador, mas no meio de tudo restava-lhe a consciência de que continuará sempre a ser um homem de bem» (28).

Continuou, esclarecendo os ouvintes relativamente às reformas que entendia necessárias, referindo-se à obra seu porta voz de entrada na Política e aos incitamentos recebidos da parte de A. Braancamp, entrando a seguir na parte mais delicada da sua exposição, qual era a da escolha do partido onde ingressaria. Ao percorrer a série dos partidos em Portugal, viu-se perante o partido Conservador, o Regenerador, o Constituinte e o Progressista, além do anti-monárquico.

Surpreende como um homem da sua envergadura mental não chamasse o Partido Republicano pelo seu nome já oficializado havia anos, servindo-se de um eufemismo com seu quê de desdenhoso. No entanto, depois de, em rápidos traços, esquematizar os fins deste partido, declarou ter resolvido não se inscrever nele por «reconhecer que não havia utilidade em substituir a forma da presidência da nação», perigoso quando um país se debate com problemas graves e importantíssimos.

«Ele, orador, fora teoricamente republicano, mas há diferença entre a afirmação de teorias e o exercício da política prática e positiva, entendendo poder obter-se a concretização de tais ideias sem ser necessária a mudança da forma do governo».

Referindo-se aos restantes partidos, entendia não dever dar a sua adesão ao Partido Conservador, que o Conde de Casal Ribeiro chefiava, «por ter por princípio uma monarquia religiosa».

Outro tanto acontecia com o Partido Regenerador, chefiado pelo onnipotente Fontes, reservando para mais adiante as considerações que entendia dever fazer-lhe.

Entra então a fazer o elogio do Partido Progressista, que persiste em considerar o herdeiro do antigo Partido Setembrista e «Patuleia», partido «de uma grande honradez, pondo sempre as ideias acima dos homens, tendo sido um partido provinciano» e não só provinciano, mas também o partido do Porto, «donde haviam irradiado sempre os elementos das revoluções patrióticas», falando então dos movimentos

(28) No *Portugal contemporâneo* (vol. II, pág. 408) já ele escrevera, anos antes, que um dos «fenómenos curiosos em Portugal é o devorar dos homens pelo governo. Hoje sobem, amanhã somem-se, corridos, desprezados». E se tal fenómeno era causado pela «árvore seca», que apenas tinha vida «para reconhecer o seu definhar, para desprezar os que no seu pedantismo ingénuo, mais ainda do que na sua corrupção, sensivelmente se lhe seguram aos ramos», admira-se homem hoje, à distância de 100 anos, que o escritor fizesse tábua rasa de tudo quanto escrevera lucidamente e se lançasse na política activa nos braços do Partido Progressista.

de 1820, de 1836 e de 1868 ⁽²⁹⁾, concluindo terem sido essas as razões que o haviam levado a inscrever-se nesse partido.

Quanto à pergunta por que não se filiara no Partido Regenerador, tendo este partido nascido da última revolta contra a 2.^a ditadura cabralista, respondia que «à parte a honestidade pessoal dos seus membros, não correspondia ele às suas aspirações pelos factos que, seguidamente, demonstrou, como o do célebre contrato dos caminhos de ferro do Sueste, das obras da Penitenciária, das compras de armamento, de algumas comissões no estrangeiro, como aquelas do estudo, de encadernação, de tarifas de caminho de ferro e até de bacias para a Penitenciária, do lançamento de adicionais, de sobre-carregar o país com impostos, ao passo que não se sabia onde morava um indivíduo que estava colectado em 1 000\$000 réis, do famoso concurso das alfândegas, etc. Estes motivos eram suficientes para ele não se alistar em tal partido».

A concluir, declarou «que tendo fundado todas as suas esperanças no partido progressista, tinha-as também no renascimento desse partido e na remodelação das suas ideias» ⁽³⁰⁾.

Luís de Magalhães, presente à sessão e o último dos oradores, escreveu a respeito dela:

«Recordo-me bem da frieza dessa reunião. Havia em todos um vago ar de desconfiança. 'Que quererá este homem?' parece que cada um perguntava a si próprio. Apenas um ou outro amigo, excitava os aplausos tardios e fracos com interrupções aqui e além. Para um ânimo menos forte, bastaria aquele desolador aspecto de indiferença pública, para o fazer imediatamente retirar-se e para lhe tirar toda a esperança» ⁽³¹⁾.

A assistência, pelo menos a constituída por antigos políticos, não deveria alimentar grandes esperanças com a dialéctica de Oliveira Martins cujo ideário não lhe parecia suficientemente claro. De resto, talvez houvesse muito cepticismo em face dos precedentes do partido no Porto, onde a luta entre os dois Centros desiludira muita gente.

No final da sessão, após ter falado o último orador, procedeu-se à eleição da Comissão Executiva, constituída pelo Eng.^o Correia de

⁽²⁹⁾ Vd. *Movimentos políticos do Porto no século XIX* do autor. «Boletim Cultural» da Câmara Municipal do Porto. Vols. XIX (1956), XX (1957), XXII (1960), XXIV (1961), XXV (1962) e XXVI (1963).

⁽³⁰⁾ «O Comércio do Porto» cit.

⁽³¹⁾ MS cit fol. 21.

Barros, (Presidente), Dr. Delfim Maria de Oliveira Maia e Oliveira Martins (Vice-Presidente), Dr. Albino Pinto de Miranda Montenegro e Augusto Carlos Chaves de Oliveira (Secretários), Dr. António Ribeiro da Costa e Almeida e Cons.^o Arnaldo Anselmo Ferreira Braga (Vogais).

Oliveira Martins estava «lançado». Agora, vai ele receber em cheio os ataques da Imprensa republicana e da regeneradora: durante muitas semanas não mudam de alvo crivando-o de doestos.

Quando seria de esperar que a Imprensa progressista entoasse cânticos de louvor à solução final da crise do partido no Porto, verificou-se, possivelmente com surpresa dos iniciados, que «os jornais progressistas mostraram-se prudentemente discretos em seu júbilo». Navarro, porém, a quem convinha o novo movimento lançado na Cidade Invicta por estar com vistas em constituir um grupo seu dentro do partido, inimistado como se encontrava com José Luciano de Castro e António Torres, começara a recrutar quem o pudesse auxiliar, como o Conde de Valbom e o filho, Henrique de Barros Gomes, o Visconde de Pindela e António Cândido, todos amigos pessoais de Oliveira Martins, ou que viriam a sê-lo, a alguns dos quais cortejava «como superiores, a outros reduzia-os por uma igualdade, que os lisonjeava, pela posição que ia tomando no partido», e, «imaginando que, com o Oliveira Martins e os seus amigos, fazia a aquisição duma boa bandeirola para o seu grupo», começou nas «Novidades», seu órgão, a pregar a *Vida Nova* com grande entusiasmo» ⁽³²⁾.

Começava Oliveira Martins a recear que a intriga política fizesse malograr os seus esforços para regenerar a política portuguesa, não obstante se encontrarem os Regeneradores no Poder, cuja imprensa revelara indícios de preparar os ataques que viriam a tornar-se impetuosos ao neófito da Política, sendo uma das primeiras teclas batidas o ter-se ele voltado para os Progressistas porque os Regeneradores não o tinham querido receber no seu grémio.

No desejo de esclarecer a sua posição perante o honrado Braan-camp, escreve-lhe Oliveira Martins a carta seguidamente transcrita, apesar da sua extensão, e da qual foi portador Barros Gomes:

Ex.^{mo} Amigo e Snr.

«Pedi ao nosso correligionário e amigo Ex.^{mo} Snr. Henrique de Barros Gomes o obséquio de ser portador desta carta para V. Ex.^a.

(32) Fol. 25.

«Não é meu intento relatar o resultado da missão de V. Ex.^a porque isso seria não somente ocioso, mas até indiscreto; todavia parece-me poder congratular-me por isso que se me afigura confirmarem as observações de V. Ex.^a tudo o que eu verbalmente e por escrito lhe tenho dito, acerca dos pontos capitais da questão, isto é, o vivo desejo de caminhar manifestado pelo Centro em que me filiei, a correcção do seu procedimento, a sua força incomparável nesta cidade, a lealdade e abnegação de todos os seus membros pela conveniência partidária, e sobretudo o alcance enorme que teria para a vida política do partido um acto do seu Chefe destinado a consagrar o início de um movimento aprovado por ele e que para ser eficaz deve continuar por uma agremiação de todos os elementos activos do norte do país em volta do Porto, sua capital efectiva.

«Esta minha carta tem portanto um carácter pessoal, embora político — nem eu estou autorizado a alegar para com V. Ex.^a outra espécie de relações.

«Neste propósito, consinta-me V. Ex.^a que eu faça algumas considerações. Feliz ou infelizmente, o meu nome não é obscuro e a prova está no arruído que se levantou desde que eu me filiei no partido progressista julgando poder levar-lhe o auxílio de uma tal ou qual força. As demoras que se têm dado na liquidação deste episódio, começam a colocar-me numa situação pouco invejável e se isso me não pode deixar de ser desagradável, mais sério e grave é ainda o facto da diminuição de uma força que, pequena ou grande, eu desejaria pôr intacta ao serviço do partido que adoptei.

«Fi-lo com o assentimento de V. Ex.^a, procedi sempre com a sua plena aprovação, escolhi para me inscrever, não só a parcialidade local, que me pareceu (e agora se vê que é) aquela que dispõe da força e do futuro, como até o único Centro progressista existente, pois as próprias cartas de V. Ex.^a me davam como dissolvido o que fora seu rival.

«Não escondi a V. Ex.^a, que julgava infundadas as esperanças de uma conciliação ou sequer do estabelecimento de um *modus vivendi*, entre homens feridos por agravos pessoais, e agora que V. Ex.^a se deve também convencer disso em vista do malogro da missão do Barros Gomes convencendo-se também de quais são os intransigentes e os *rebeldes*; agora que toda a esperança de uma conciliação está banida, eu confio em que V. Ex.^a não quererá decerto colocar-me numa posição falsa (que

decerto não criei) hesitando, duvidando ou pondo reservas ao reconhecimento dos actos consumados, quaisquer que sejam as suas consequências.

«O público tem as vistas lançadas sobre este episódio em que a sua sorte quis que eu tivesse um papel proeminente; e eu que sob pena de me anular politicamente desde o meu primeiro passo, tenho de sair disto não só airoso mas clara e dignamente, considero como indispensável a esse fim o reconhecimento pleno, incondicional, sem reticências, dos actos consumados no dia 25. Nem eu creio que a distinção e nobreza nunca mentidas do carácter de V. Ex.^a possam jamais colocar-me na situação dolorosa de complicar as dificuldades presentes com declarações pessoais que ponham em conflito o inextinguível respeito e veneração que tenho pelo nome de V. Ex.^a com o dever imposto a todo o homem de defender o próprio nome.

«V. Ex.^a resolverá em sua alta sabedoria, dado o passo indispensável da confirmação dos actos do dia 25, qual é o melhor caminho a seguir. Eu ousa porém considerar que, sob o ponto de vista da acção política, a vinda de V. Ex.^a aqui, cercado pelos deputados progressistas do norte e a convocação de um verdadeiro *meeting* (a Assembleia do dia 25 não pôde ser pública pois se reduzia a uma reunião de *membros* do Centro; e se foi numerosíssima, isso apenas prova a força dele) teria o máximo alcance, tanto mais quanto tendo sido já, talvez imprudentemente, anunciada, a sua não realização seria um meio-fiasco.

«Congraçar os partidos é o dever de todos os chefes; mas reduzir-se à inacção pelo facto de haver um grupo maior ou menor (neste caso é bem pequeno) de rebeldes, parece-me não ser o melhor caminho para robustecer a força dum partido. Agora, depois da campanha do Snr. Barros Gomes, V. Ex.^a vindo, não vem como *homem de uma parcialidade*, vem como chefe de um partido a cujos desejos de conciliação e ordem há díscolos que não quizeram anuir.

«Sempre que uma situação destas se dá, afigura-se-me que a única norma a seguir é caminhar com os fiéis e deixar ao seu fado triste os dissidentes — recuar e abandonar o seu posto, quaisquer que sejam as crueldades de uma situação não é próprio de um soldado valente, e a vida de V. Ex.^a tem sido uma prova eloquente de valentia e hombridade numa época tão infelizmente cobarde e mesquinha.

«V. Ex.^a resolverá como entender; mas eu estou certo de que seria aclamado aqui por todos e que esse acto de energia satisfaria os ardentes desejos do norte do reino que aspira por sair do estado mórbido a que vê chegadas as coisas. Como mais de uma vez tenho dito a V. Ex.^a penso que em suas mãos está neste momento o único penhor de salvação do país e foi por isso que votei o meu nome e a minha pouca ou muita energia ao serviço de V. Ex.^a e do seu partido. Se o resultado do meu acto viesse a ser o despedaçar dessa tábua de salvação, eu mal-diria o momento em que tive semelhante ideia, retirando-me magoado e triste, mas não ainda inteiramente desesperado.

«Não tome V. Ex.^a as minhas palavras como instigações ou conselhos: seriam descabidas e indiscretas; considere-as apenas votos e opiniões pessoais.

«E para terminar entendo dever meu, explicar a V. Ex.^a a acusação que me é feita agora pelas folhas regeneradoras, de ter solicitado candidaturas desse partido; acusação a que entendo mais digno de mim não responder em público. Eu nunca solicitei candidaturas de ninguém: mais de uma vez me foram oferecidas por parte de ministros regeneradores e a minha resposta foi sempre esta: 'Que não sendo homem político, não tomava compromissos partidários de espécie alguma; mas que se os eleitores de algum círculo entendessem dever eleger-me eu considerava um dever de cidadão aceitar o mandato e iria à Câmara tal como era, com as minhas ideias e o meu feitio, independentemente de ajustes de qualquer ordem'.

«Desculpe-me esta última explicação, talvez extemporânea, e que não tem outro fim além de manifestar o apreço em que tenho e terei sempre a conta que V. Ex.^a faz de mim» ⁽³³⁾.

Esta carta parece-nos apresentar os primeiros indícios, não do arrependimento do autor (esse vinha ainda longe), mas de certo desapontamento, aliás perfeitamente compreensível num homem que, pelo menos na aparência, desconhecia por completo os meandros da política partidária, suas intrigas, seus recantos escuros e, tantas vezes, sujos. Por isso, em considerarmos o que o acto representava como ideal patriótico, nele vemos o impulso dum ingénuo, ingenuidade mais frequente do que se crê nos homens superiores.

Logo no dia imediato ao da sessão no teatro do Príncipe Real,

(33) *Correspondência* cit. pág. 65.

as «Novidades», em artigo intitulado *Vida Nova!*, dava um resumo da sessão referida transmitido telegraficamente pelo correspondente no Porto, fazendo-o Navarro, seu autor, preceder de palavras de aplauso, chamando «importantíssima» à reunião, que tinha um «largo alcance para o modo de ser dos partidos e por isso mesmo da influência decisiva para a governação do Estado». E a seguir:

«Saudamos esta reunião com alvoroço, e aderimos cordialmente ao pensamento patriótico, que a inspirou, e às resoluções que nela se tomaram, e que apoiamos quanto em nós esteja».

Após ter transcrito o telegrama acima referido, escrevia Navarro que aquelas notícias haviam de ser lidas «em público por todos os que se interessam pelo futuro do país». Era um ressurgimento que despontava e iria «dissipar as melancolias e quebrar os desalentos, que a todos iam invadindo».

Que viesse essa vida nova, «que poderia ser de pequena importância, se fosse unicamente para benefício dum partido», mas tratava-se de uma iniciativa de valor inapreciável para a conservação e aperfeiçoamento das instituições morais e salvaguarda dos mais graves interesses do país». Atacava a ditadura do Partido Regenerador, «absorvente e dissolvente», que tinha o campo livre porque assim lho deixavam «a inércia, a tibieza e a desorganização».

A reunião do Porto nada tinha de comum com a vida velha, por ser antes o começo duma vida nova: era uma remodelação do partido como o demonstravam as adesões valiosas que lhe tinham sido dadas. Ali cabiam, pela amplitude do movimento, indivíduos de todas as correntes, «que aliás a estreiteza e inflexibilidade dum molde antigo não poderia receber». Dirigindo-se aos Republicanos, entendia que o seu objectivo se malograra, não sendo necessária outra prova além da resultante das dissidências que lavravam no seio do partido, além da «esterilidade e inanidade da sua propaganda militante naqueles últimos tempos. O Partido Republicano era um partido morto por se dividir em quezílias precisamente quando ainda se encontrava «no período do proselitismo, em que as crenças são mais firmes e ardentes, e as dedicações e abnegações mais sólidas e profundas».

Não se gasta em lutas estéreis quem tem em vista servir a sua terra, cujos males se agravam com essas lutas. E exorta: «À minguada duma acção partidária eficaz em inteira harmonia com o pensar íntimo, procura-se a que tem mais afinidade e que melhor se harmoniza com as aspirações próprias».

A concluir, escrevia: «Republicanos de boa fé, e patriotas honrados: Oliveira Martins e Luís de Magalhães deram-vos o exemplo! A liberdade e o país requerem a união dos esforços de todos os bons cidadãos».

No dia seguinte, novo artigo sob o mesmo título, a abrir como segue:

«Se a reunião, que ultimamente se efectuou no Porto, não significasse mais do que uma afirmação da política velha, e não devesse levar a resultados mais benéficos do que aqueles, que se tem visto nestes últimos anos, deixaríamos de os aplaudir. Em vez de alegria por um facto, que se nos afigura poder ser o começo dum ressurgimento proveitoso e fecundo, sentiríamos profunda tristeza por vermos despenharem-se no atoleiro, em que outros esbanjavam sem poderem alcançar terra firme e limpa, alguns homens novos, trabalhadores indefessos, de talento robustíssimo. Seria caso para profundo dó e lágrimas!»

Manifestada a esperança de os «novos lutadores» virem em auxílio dos outros, dos velhos, que lutavam «já quase desalentados, contra a vaza crescente dos sentimentos rasteiros, dos despeitos insofridos, dos sórdidos egoísmos, das ambições doentias e das concepções tacanhas» e iriam criar a vida nova de que precisavam os partidos e as instituições liberais». Por toda a parte se ouviam os mesmos queixumes, a irritação ou o desalento que não extravazavam em cólera franca por aquilo a que falsamente se chamava disciplina partidária, o que constituía a morte lenta, «a morte pela podridão, a decomposição pela gangrena, o aviltamento dos homens, a degradação dos partidos, e o desprestígio completo das instituições e a ruína do país».

E prosseguia o articulista: «E ou vem uma vida nova, uma remodelação, que nos arranque a ela e nos salve, ou mais vale do que continuar em tal estado apressar a obra de dissolução».

A concluir:

«Para isso não valia a pena que homens como Oliveira Martins abdicassem da sua independência individual em favor de colectividades desconjuntadas e roídas de vermes. Seria aumento de mal o aumentar-se o número de vítimas.

«Venha essa vida nova, que tanto se faz mister. E como ninguém fraqueje, os homens, em quem essa ideia se enraizou,

têm força de sobra para a implantarem através de todos os obstáculos. É essa a nossa aspiração, e a nossa esperança».

No dia 28 voltou Navarro à carga noutro artigo, onde manifestava a crença em que o movimento do Porto podia e devia ser o início da vida nova de que precisava a política portuguesa. Depois de repisar nos vícios e na corrupção que inquinavam essa política, enaltecia a cidade do Porto, que não era apenas «a cidade gloriosa, cuja dedicação indefessa aos princípios liberais lhe dá um lugar à parte na nossa história política», mas também «a cabeça, o centro da actividade intelectual e mercantil» das laboriosas e ricas províncias do Norte e «constituem o elemento mais sã da nossa nacionalidade».

Tomando a «deixa» de Oliveira Martins no artigo *Quem faz os republicanos?* e do discurso da sessão do teatro do Príncipe Real, continua:

«E foi a bandeira alva do partido progressista a que desenrolaram os iniciadores do importante movimento, e foram os nomes prestigiosos, que se inscrevem no livro de ouro das glórias do partido popular, os que eles saudaram entusiasticamente, colocando a par deles o nome imaculado de Anselmo Braancamp».

Evoca depois os nomes dos Passos, de Sá da Bandeira, aos quais junta os de José Estêvão e do Duque de Loulé, «que, apesar de parente e áulico do rei, entendeu sempre que o apoio do país, que o apoio popular devia ser a força e o princípio de toda a organização do partido progressista», passando a fustigar o Partido Regenerador, acusando Fontes de ter centros no país, como nas secretarias do estado e nas recâmaras palacianas».

Desejava que o Partido Progressista voltasse a ser o que fora, «o que nunca deveria ter deixado de ser», e, para esclarecer os espíritos indecisos ou perturbados com o novo movimento político, escreve:

«O movimento iniciado no Porto não é um cisma; é uma renovação, um revigoração da antiga e obliterada crença e missão do partido progressista. E por isso o nome do sr. Anselmo Braancamp se associou a esse movimento, porque ele é dos bons, dos puros, dos antigos, em cujo espírito nunca se entibiu a fé nos princípios, em cujo coração nunca esmoreceu a paixão popu-

lar, que foi sempre o grande móbil dos verdadeiros chefes do partido progressista».

Achava Navarro que a missão desse movimento seria «criar uma nova patuleia pacífica, acomodada às circunstâncias do tempo, pois 1885 não era 1846. Todavia a alma do movimento deveria ser «a grande e generosa alma dos Passos e de Sá da Bandeira» afeiçãoada às necessidades daquele momento histórico.

Não podia definir-se com antecipação esse programa, mas este tinha de ser longo, «muito longo, para nele caberem à vontade não só os valiosos adeptos de ontem, como também os de amanhã». Tinha de dar-se realidade a um «poderoso movimento de concentração de todas as forças vivas do país», de todos os de «coração limpo e de intenções rectas». Tinha de haver união para haver a força para poderem vencer os abusos e as violências que lhes oferecesse a ruinosa oligarquia, que dominava e avassalava o país.

Até 15 de Maio publicou Navarro mais seis artigos de glosa ao movimento do Porto, tomando a sua defesa com um entusiasmo a contrastar com o quase silêncio dos outros jornais do partido. Talvez, porém, muitos daqueles que conheciam a sua habitual atitude de fundibulário de «estadulho» em punho, se sentissem suspicazes perante tal entusiasmo pela obra de um homem que aparecia a hombrear com o irrequieto «marechal» progressista, e de cujas intenções Oliveira Martins devia desconfiar, o que lhe dava a certeza de tratar-se de jogo político de ignorado alcance para o chefe do movimento.

Entretanto, a imprensa republicana, até então na expectativa, abriu fogo. Emídio de Oliveira, que usava o pseudónimo de *Spada*, e a quem se devia a iniciativa da criação da Sociedade de Geografia Comercial e a proposta para a ela presidir Oliveira Martins, publicou na «Folha Nova» de sua direcção um artigo sob o título de *Homem ao Mar*, a visar directamente o escritor. Não se tratava de artigo de linguagem violenta, no estilo de Navarro ou de Mariano, os dois varredores de feira, agora confrades de Oliveira Martins no «honrado Partido Progressista». *Spada* começa por mostrar-se duro com a Casa de Bragança «série de doidos ou de ineptamente maus, como muito bem diz Oliveira Martins». Tomando uma frase proferida pelo historiador na sessão de 25 de Abril, diz não querer saber se o Partido Regenerador, composto de homens honestos, produzia um partido desonesto, mas que não levava a sua boa-fé «a julgar das vantagens da execução de um programa, que há trinta anos era servido com leal

energia e que passou a ser uma bandeira de especulação e brigantinos compadrios».

Meio século de liberalismo fora tempo bastante «para uma experiência política que produzia a dissolução de todas as forças sociais, o abatimento de toda a dignidade dos partidos, a ruína do nosso capital financeiro» e, o que era pior, «a anarquia assustadora dos princípios, perda quase irremediável de todo o capital moral».

O Partido Republicano achava loucura, «senão um grave crime nacional, continuar-se à espera dos milagres do liberalismo e da reorganização da pátria pelos processos capciosos e rapaceiros dos agrupamentos que vão atravessando a história pelo caminho sujo das ambições ministeriais».

Acentua que o partido estava em desacordo com o «poder hereditário, pelas tradições de desigualdade, de orgulho, de desperdício, de corrupção que lhe são em toda a parte cortejo inseparável», causa da «desnorтеação nos factos e nas ideias» e provoca «pela sua influência não só a aniquilação das instituições democráticas, mas ainda o desequilíbrio dos caracteres e a imoralidade dos funcionários».

A Casa de Bragança, que, escreve Oliveira Martins, descendia «do crasso sangue alentejano da filha do Barbadão», tinha aceiteado o regime constitucional «com a firme intenção de atraiçoar as aspirações democráticas, de faltar à palavra dada ao país, e aí está toda a obra do ilustre historiador o Sr. Oliveira Martins a comprovar não só pela razão, que regeita qualquer transigência entre o princípio hereditário e o princípio electivo, democrático, emancipador, mas pelos dolorosos factos da nossa história constitucional que não é mais do que a série acidentada de promessas e de dolos, de juramentos e de apostasias, de sorrisos escondendo as almas traiçoeiras».

Depois de, sempre neste tom, acusar a Casa de Bragança, vai concluir o seu artigo com referir-se directamente a Oliveira Martins, escrevendo:

«O sr. Oliveira Martins, entrando para a família dos políticos, que aplaudem o actual regime de corrupção e de veniagens, ligando-se a personalidades sem crédito perante o povo e sem dignidade perante as aspirações do país, não nos assusta, nem nos regozija. Ainda há pouco o dissemos e repetimo-lo agora: o partido republicano não bate as palmas quando assiste à queda de uma personalidade inteligente e activa, embora ela pertença a qualquer grupo dinástico. As nossas esperanças de uma solução pacífica baseavam-se na doce ilusão de que, perante as desgra-

ças da terra-mãe, os homens honestos de todos os partidos em qualquer momento solene, heróico, salvador, se aliem francamente ao povo, lhe disserem toda a verdade por mais crua que fosse e o orientassem para uma vida nova, absolutamente nova, sem prejuízos realengos, sem personalidades especuladoras, sem protegidos do paço, sem misérias cortesãs».

E concluía, entre triste e indignado:

«O Sr. Oliveira Martins passou-se com armas e bagagens para o campo das ambições monárquicas; aceita como chefe de estado um indivíduo sem ilustração e sem méritos para desempenhar tão alto cargo; submeteu-se ao manto real que os seus novos correligionários denominaram, em hora feliz, a capa de ladrões» (34).

«O povo português não se ri da leviandade do feito, não aplaude o desastre; tem na voz aquela unção lastimosa dos marinheiros, gritando: **HOMEM AO MAR!**»

No dia 30, a mesma «Folha Nova» publicava novo artigo, este da autoria de Sampaio (Bruno), sob o título de *Um caso mental*. Começava por referir-se à já então célebre sessão do teatro, e dizia que «o que mais feriu a opinião pública foi o aparecimento do Sr. J. P. de Oliveira Martins como sectário da última hora» do Partido Progressista, e que tudo quanto o escritor dissera «não passou duma série de lugares comuns acerca da inoportunidade suposta da implantação do regime republicano em Portugal», e de elogios «sem valor histórico à tradição do partido progressista». E a seguir:

«Falar da contradição flagrante entre as suas palavras de sábado e os escritos de toda a sua vida parece-nos ocioso por agora, desde que a imprensa se tem encarregado, nas suas fracções hostis ao partido progressista, de o pôr em evidência e principalmente desde que o próprio Sr. Oliveira Martins se encarregou ele mesmo, de frisar os motivos por que não segue no facto as opiniões republicanas dos seus livros».

E comenta: «É uma desilusão a mais, amarga e pungente, mas não se trata duma indiferença egoísta pelo interesse colectivo».

(34) Frase escrita anos antes por Mariano de Carvalho.

Faria justiça ao «neófito» do partido, dizendo crer, em toda a sinceridade do seu coração, que Oliveira Martins acalentava «a quimera de prestar, pela sua ilustração e pela sua boa vontade, serviços reais e efectivos à terra em que nasceu», o que não impedia o autor de lamentar o acto do escritor porque esse era «a morte mental duma individualidade eminente entre as primeiras».

«Com efeito — prosseguia —, que ideia dá da sua inteligência, da seriedade dos seus estudos, da profundidade das suas meditações aquele pensador que se empenha durante a melhoria das forças vivas do seu entendimento na defesa do que brusca-mente um acidente da sua existência psicológica ou das circunstâncias históricas do país leva a vir publicamente taxar de absurdo, por irrealizável?»

No seu discurso, Oliveira Martins dissera haver uma distância entre as teorias e as realidades, contestando Bruno:

«Quem o nega? Mas uma coisa é procurar conformar um ideal de justiça social às indeclináveis exigências do momento, outra é tomar esse ideal como utopia romanesca e arremessá-lo de improviso para o cesto dos papéis inúteis, com cansaço e com tédio».

E, acertadamente, continuava:

«Ora o Sr. Oliveira Martins entrou agora para um grupo com a sua tradição de governo e, o que mais é, com um programa de doutrinar, se não aplicada, ainda não categoricamente desmentido, claro se torna que nem ele pode ter a pretensão de fazer com que um partido inteiro abdique diante dum critério individual, nem lhe é fácil justificar, na pureza do seu pensamento interior, a vaidade duma inteligência que, no remanso do seu gabinete, longamente não encontra no fundo do seu tin-teiro senão o sonho e o impraticável devaneio».

Adiante dizia que tudo aquilo causava dó, provando-se mais uma vez a verdade

«de que não é pela vastidão dos conhecimentos nem pelas subtilezas, mais ou menos sofisticadas duma inteligência maleável

que as grandes obras se levam a cabo e que as nações se renovam».

Linhas abaixo, escrevia:

«O caso do Sr. Oliveira Martins nada nos preocupa, pelo que em si mesmo representa. Nem o Sr. Oliveira Martins nem ninguém neste mundo pode deter a marcha revolucionária em que vamos todos, a partir do instante em que se fraccionou a grande construção católico-feudal; (...)

«Se o acto do Sr. Martins contribuir para remodelação revolucionária por este ou aquele aspecto, ele não é mais do que um auxiliar inconsciente; se ele reagir e retroceder, essa mesma contradição impulsionará um movimento, de si fatal. Mas o que há de melancólico neste episódio em que nos convém insistir, porque não tem maior importância, é o lastimoso exemplo de inconsequência mental que à mocidade dão aqueles, que pela sua preeminência deveriam ser faróis intemeratos, tristes por isolados na sua rocha altiva, mas dominando os corações porque lhes não roça nem de longe a babugem das marés».

Depois de algumas considerações acerca dos que se crêem senhores da verdade, continua:

«Eis aqui um homem de alto talento, rico de estilo, milionário de noções adquiridas, mas para quem a ciência nada de novo ensinou; eis aqui um doutrinário que rasga os seus códigos; eis aqui o teórico que, para poder produzir o quer que seja de efectivo, tem de dobrar as suas convicções ao imperativo dos que remexem na intriga; eis aqui um que se penitencia, que vai, sorrindo! declarar a um público de incompetentes, a um liliput de insignificantes que no mar tenebroso de sua alma só luziu a chama luzidia da enganadora quimera».

Mais adiante, alude a um passo de um dos artigos de Navarro acima transcrito, comentando-o:

«A ordem vigente não se esqueceu, cruel, cruel, cruel coisa!, de apontar à geração nova o modelo exibido; e assim as *Novidades*, de Lisboa, reclamam dos moços republicanos que ponham

seus olhos contritos na lógica dos que dão o dito por tolice de que cumpre arrependimento.

«Parece, todavia, que uma inteligência se confessa impotente, quando a sua última palavra é de desmentido».

A geração nova, para quem a *Vida Nova* apelava, só teria de «explicar as verdades a que o seu exame a conduzir».

A concluir: «E é de decidir quem dá da sua capacidade mental maior prova, se os que insistem numa opinião raciocinada, se os que começam sua tarefa por confessar que se enganaram».

O artigo de Bruno conservou-se na linha de cordura inaugurada por *Spada* no dia 27. Ambos manifestam tristeza perante a resolução de Oliveira Martins que, reconheçamo-lo, não tinha bases fundadas, a tão pouca distância no tempo, da sua condenação dos partidos. Nunca fora Oliveira Martins um devoto da Democracia, embora se lhe referisse, por vezes com entusiasmo em vários passos de obras suas. Quanto à Revolução Francesa, nunca por ela nutriu admiração, mantendo-se em atitude suspicaz para com os regimes liberais dela derivados.

Mas o desejo, quase insofrido, de tentar a aplicação prática das suas idéias, e os seus sucessivos malogros na esperança de ir ao Parlamento pela mão do Partido Socialista mais o acicatavam, forçou-o a seguir caminho contra-indicado, inexplicável em homem com o seu passado ideológico. Dotado, como se sabe, de vontade firme, encontrou-se perante o dilema de filiar-se no Partido Republicano, hipótese que lhe não sorria por não crer pudesse este, algum dia, levar candidatos seus à Câmara dos Deputados (apesar de ter lá entrado o seu amigo Rodrigues de Freitas seis anos antes), ou então, «com armas e bagagens», como escrevera *Spada*, num partido monárquico, independentemente, disso estava certo, da celeuma que iria levantar. Este o seu erro, repetimos, e daí a sua exautoração *in limine* da sua breve carreira política.

Curiosamente, no dia 26, imediato ao da sessão, «O Partido Operário» publicava, por sua vez, um *suelto* sob o título *Oliveira Martins*, que se transcreve:

«Os jornais burgueses dão a notícia da entrada de Oliveira Martins para o partido progressista. Não nos surpreende o facto. Como Proudhon, seu ilustre mestre, Oliveira Martins segue a fatalidade do curso das suas ideias. É simplesmente lógico e coerente. Socialista catedrático, que teimou em não aceitar a

luta de classes, eleva-se pouco a pouco caindo na reacção, que o absorverá todo. E nesta sua queda, é ainda consequente com as suas doutrinas, demais em mais distanciadas do ideal socialista revolucionário.

«Unicamente, como amigos, lastimamos que não soubesse morrer a tempo — caso se não confirme esta última aberração do seu espírito».

O *suelto* não é assinado, mas pelo tom e pelo estilo, cremos ter sido da autoria de Azedo Gneco, que no mês imediato publicará uma série de artigos, a que adiante nos referiremos.

No final declara que a «Folha Nova» desmentiu a notícia da adesão de Oliveira Martins ao Partido Progressista e que se declara autorizada a dizer «que ele se entrasse para algum partido militante seria para o republicano».

Surpreende esta afirmação que deveria ter sido publicada antes do dia 25 de Abril, dois dias antes do artigo de *Spada*. Possivelmente o jornalista deve ter sido colhido de surpresa por nada ter transpirado até à sessão do teatro do Príncipe Real e se convencer, por tudo quanto lera de Oliveira Martins, com quem acamaradara na Sociedade de Geografia Comercial do Porto, que o escritor só poderia filiar-se no Partido Republicano. Parece-nos, pois, que não há outra alternativa de interpretação das palavras do artigo *Homem ao mar*.

Oliveira Martins mantinha-se, porém, alheio ao fogo, brando ou violento, desencadeado pela Imprensa regeneradora, republicana e socialista, e, no seu gabinete da recolhida casa das Águas Férreas, ia recebendo os jovens entusiastas da Sociedade de Geografia Comercial, instituição que, de repente, passou para plano muito remoto das preocupações do historiador. E ali se deve ter gizado o plano do jornal, futuro órgão do movimento que verá a luz do dia nos fins do mês de Maio.

Entretanto, no Porto, progressistas da facção de Tomás Lobo, manifestavam a sua discordância da *Vida Nova*, tendo o «Comércio Português» lançado a ideia de a futura Câmara do Porto, presidida então por Correia de Barros, ser constituída «por representantes de todos os partidos militantes, porque, sendo de todos a responsabilidade, nenhum se fará socorrer de forças que enfraqueçam a administração». Como exemplo, citava o caso de o chefe do Partido Progressista espanhol que procurou aliar-se aos Republicanos para fazer cair o Governo do tempo, considerado funesto para os interesses do país.

Entendendo que a Vereação vigente era «funesta ao município e

à reorganização dos partidos», porque era «cego instrumento do seu presidente», aconselhava «os progressistas firmes» a aliarem-se «tanto aos Constituintes, como aos republicanos» e organizassem uma lista que acabasse «com os predomínios obnoxios» e garantisse «uma administração solícita, inteligente, austera e honrada».

Pedia o artigo que não se estranhasse tal conselho, dizendo em todos os países se devia adoptar a mesma tática, pois afinal todos eles queriam servir a causa da pátria. Os fins eram os mesmos, diferindo embora de governos ou de fórmulas.

Daqui se conclui que o grupo dissidente do Progressismo queria reunir forças sentindo a carência das suas para torpedear o novo movimento, não hesitando até em aliar-se aos Republicanos. Navarro, num dos artigos subordinados ao título de *Vida Nova*, caía a fundo sobre o jornal e o grupo dissidente, acusando-os de quererem derrubar Correia de Barros daí resultando, forçosamente, o agravamento das dissidências no seio do Partido Progressista, acelerando-se a ruína do país, vindo este a ser quem acima de tudo sofreria. E acrescentava:

«Diziam-nos, que o Sr. Oliveira Martins, e outros cavalheiros portuenses, que aderiram ao nosso partido, não podem ter entre nós ingresso, porque o partido progressista não fez alianças com homens, que tenham sido socialistas e republicanos. Mas proclama-se a santidade duma aliança com os republicanos, a *tutti quanti*, para se deitar abaixo a câmara municipal do Porto, que é progressista e se levante em vez dela uma câmara, que seja representante de todos os partidos militantes, o que fazia com que o governo logo a empolgasse. E há o arrojo de se reclamar, que isto se faça em nome do partido progressista, sob a responsabilidade do seu chefe, que deve sacrificar a esta fúria desnorteada e desalmada dos ódios locais os interesses dum partido inteiro, que aí anda espalhado por todas as províncias, e que tanto tem lutado e sofrido!»

A polémica continuou nos dias imediatos, como consequência das correcções que o «Comércio Português» fez ao texto criticado por Navarro, mas tais factos já não têm interesse de maior para o nosso tema, servindo, no entanto, para demonstrar como lavrava no Porto bravia a luta no seio do Progressismo, o que o movimento da *Vida Nova* mais agravou.

A pouco e pouco estas lutas tomaram carácter mais duro com

a manifesta hostilidade de Mariano de Carvalho para com o movimento do Porto.

Pensava-se, nesta cidade, entre os adeptos de Oliveira Martins, que o movimento por este iniciado, apesar da consagração feita por A. Braancamp, só ficaria definitivamente oficializado se o Chefe do partido viesse ao Norte para lhe dar a sua «bênção». António Cândido, a quem Oliveira Martins cognominaria de «São Paulo da *Vida Nova*», relacionara-se com o historiador quando este lhe fora apresentado por Rodrigues de Freitas. Desde aí votara ao autor do *Portugal contemporâneo* uma admiração sem limites. Tendo apoiado o movimento desde o seu início, dava parte a Oliveira Martins do que corria em Lisboa. Em 30 de Abril escrevia-lhe dizendo ter «as mais ferozes esperanças nesse movimento do Norte», acrescentando: «Ponho ao serviço dele tudo que há em mim».

Abaixo informava:

«Como é natural, conspira-se aqui contra o Norte. Vê-se que esse movimento só pode ser fecundo se for eliminador, e ninguém se deixa suprimir sem luta. Mas a conspiração será sem efeito se o Braancamp continuar na atitude que assumiu, tão inteligente e tão digna».

Depois de aconselhar Oliveira Martins a ir a Lisboa na companhia de Correia de Barros, acrescentava: «E talvez fique resolvido o plano da visita de Braancamp ao Porto, coisa a que ligo a maior importância» ⁽³⁶⁾.

Mariano, porém, contrariava, como também faziam os grupos progressistas adversos a Correia de Barros, portanto da *Vida Nova*, e o próprio Navarro, que havia tomado a peito a defesa do movimento e por ela se batia no seu jornal, começou a arrefecer no seu entusiasmo, acabando, mais tarde, por se converter em adversário!

No meio desta celeuma, Oliveira Martins teve ainda força para criar um jornal órgão do seu movimento, dando-lhe o nome de «A Província», tendo escolhido para chefe da redacção Joaquim António Gonçalves, entusiasta da Sociedade de Geografia Comercial do Porto, antigo estudante de Coimbra e agora industrial de chapelaria, homem que iria revelar-se jornalista vigoroso e polemista de pulso, mas era

⁽³⁶⁾ D. Carlos I e os «*Vencidos da Vida*», por F. A. Oliveira Martins, Lisboa, 1942, pág. 151.

mal visto por certo sector da cidade onde o alcunhavam de «Gonçalves chapeleiro».

A redacção do novo jornal localizava-se na rua de Passos Manuel e ali acorriam todos os antigos entusiastas da citada Sociedade, para lá deslocando-se o «cenáculo» das Águas Férreas, embora em ambiente desprovido da antiga tranquilidade.

O 1.º número saiu em 25 de Maio, com um artigo de fundo do Director, subordinado ao nome do jornal, e as seguintes palavras de apresentação:

«Todo o nosso programa está impresso no título deste jornal.

«Somos progressistas e somos provincianos.

«Que valor têm estes dois adjectivos? Que laço de união os liga?

«Pelo fundo das províncias, em todas as cidades e vilas afastadas, há um povo que, sem protestar ainda clamorosamente, murmura contra o desgoverno em que vivemos. E em cada terra se encontra um grupo maior ou menor de homens cultos que, interpretando os rumores e queixumes do povo, apontam os motivos, dão as razões e esperam ansiosamente por um novo apelo às energias nacionais. Esses homens sabem que a anarquia e a corrupção levam as nações ao destino que foi o nosso em 1580.

«Dispersas essas vontades, sem coesão essas forças, ficam impotentes contra o cepticismo profundo que lavra na capital. Os homens de boa-fé escondem-se, abstêm-se, principalmente nas grandes cidades onde se tornou moda não querer saber de política.

«E a legião dos parasitas, onnipotente por isso que não encontra diante de si forças bastantes para a contrariar, prossegue triunfante, devastando e escarnecendo do país ingénuo e simples, que explora como bens de menores.

«Eis aí porque somos a *Província*».

Declarava a seguir que era propósito do jornal tornar-se «o eco dos protestos das populações»; era sua ambição dar-lhes «uma unidade sem a qual não há verdadeira força»; era sua esperança «que a voz do povo, sufocada pela oligarquia burocrática» a que se dava «o nome de partido *regenerador*», se fizesse «um dia ouvir na capital, obrigando-a a mudar de vida».

Volta a falar dos movimentos políticos saídos do Porto, 1820, 1836, 1846, declarando-se o jornal democrata porque esses movimentos «foram obra do povo levantando-se contra a gente anafada e cheia de oligarquia burocrática da capital», os que haviam sido no passado os *desembargadores*, os *chamorros* e *devoristas* de 1835, os *cabralistas* de 1846, «a todos os quais sucederam hoje em dia os *fontistas*». E a concretizar as suas afirmações, escrevia:

«E somos progressistas porque os homens que fizeram a revolução de Setembro eram os continuadores dos *vintistas*, primeiros democratas portugueses, e tiveram por sucessores os valentes de 1836 e de 1846. Somos filhos genuínos dos *patuleias*».

A continuar:

«A tradição democrática é a honra e o braço indelével do partido progressista.

«E esta tradição e este partido são essencialmente provincianos e principalmente portuenses».

Seguidamente faz o elogio do Porto, «ainda a capital do pensamento democrático português», foco de onde partiram «todos os movimentos restauradores da nossa sociedade», e diz que todos, instintivamente, reclamavam «o mínimo de *política* e o máximo de *governo*», declarando entender por governo

«— a moralização e melhoria da administração em geral;

«— a ordem, o equilíbrio e a moralização também do orçamento do Estado;

«— a defesa do trabalho nacional, a restauração da indústria e a protecção às classes desvalidas».

Aquele seria o seu programa, que era «o pensamento da antiga democracia *patuleia* rejuvenescido à luz das ideias modernas. Era a «vida nova» que surgia dentro do seu partido, «não como um renegar do passado, mas sim como uma afirmação positiva das suas tradições mais nobres e invariavelmente defendidas». Não era pensamento exclusivo dum agrupamento político, mas bandeira comum à qual se abraçavam todos os progressistas que sabiam antepor as ideias às pessoas.

Todos os partidos radicais europeus tinham programa análogo, pois em toda a Europa decorria uma «época de reacção vitoriosa con-

tra a anarquia económica». Citando uma frase do deputado radical Arnold Toynbee, que dissera que o «governo não deve obedecer a um pensamento de protecção paternal, mas sim a uma ideia de solidariedade fraternal», declarava Oliveira Martins fazer suas tais palavras, certo de ter a seu lado «as massas numerosas dos cidadãos que pedem trabalho» e também «a classe média, inimiga de toda a desordem, de toda a espécie de anarquia e dos cataclismos inevitáveis no regime em que *vamos indo*».

A concluir:

«O nosso programa resume-se pois finalmente em dois artigos.

1.º Apelar para as entranhas da nação, pedindo ao povo um esforço que obrigue a oligarquia dominadora do país a submeter-se ou a demitir-se;

2.º Apelar para a Província onde ainda existem dispersos elementos de civismo, pedindo-lhes que se congreguem e obriquem a capital a ter juízo»⁽³⁷⁾.

O artigo era, de certo modo, a síntese da «Advertência» do livro recentemente publicado, e não adiantava nada ao que já havia escrito. De resto, a insistência de Oliveira Martins, na afirmação de o Partido Progressista descender do Setembrismo e de a *Vida Nova* ser a ressurreição da *Patuleia*, deu lugar a os seus adversários políticos, em especial os republicanos, o crivarem de epigramas.

Assim, o jornal de caricaturas «O Sorvete», a 3 de Maio, publicava um artigo faceto, sob o título de *A Nova Patuleia*, começando por dizer que, segundo as gazetas, o país tinha toda a sua atenção voltada para o Norte, com os olhos no Porto e de modo tal que, se os franceses, vindos do Sul, pelo Algarve, entrassem por aí, «gozavam o delicioso espectáculo de verem uma população inteira pelas costas». Todo o mundo estava a olhar para o Porto, «à espreita, à escuta, para ver o primeiro estandarte e para ouvir os primeiros tiros da revolta».

Com mal contido sarcasmo, prosseguia o autor:

(37) *A Província*. «Obras completas de J. P. Oliveira Martins,» vol. I, Lisboa, 1958, págs. 3-7. *Dispersos* cit. vol. I, págs. 108-114.

«Suspira-se, almeja-se pela nova Patuleia. Todos a querem, todos a desejam, mas uma Patuleia decente, limpa, honesta, sem patacos falsos carimbados e sem a população, suja, de pé fresco».

Dissera «A Província» que 1885 não era 1846.

«Isto trocado em miúdos quer dizer: nada de chuços, trabucos e foices roçaduras. Devemos marchar, armados de ponto em branco, de espada, revólver e faim.

«Quer-se gente limpa e de bons costumes, sem instintos sanguinários. Descarregar para o ar e cair a fundo sobre as paredes.

«Sobretudo gente limpa! Que não vão chamar-nos rotos, descamisados, patas-ao-léu (segundo a engraçada etimologia de Camilo) e que não aconteça (como nos diz ainda Camilo) em alguma retirada ficarem aí as ruas cobertas de toneladas de tamancos, como sucedeu da outra vez em Braga»⁽³⁸⁾.

Mais adiante, chacoteando novamente o escritor:

«O programa da conjura está em gestação. Apesar disso, de toda a parte correm entusiastas a prestar juramento de fidelidade à nova causa, nas mãos do sr. Correia de Barros e do sr. Oliveira Martins, que são os manos Passos da nova Patuleia.

«Deus e o sr. Fontes os protejam».

⁽³⁸⁾ O autor do artigo, com esta frase, pretendeu lançar o ridículo sobre os adeptos do movimento aludindo a um facto cujos pormenores por certo ignorava. Nos fins de 1846, o célebre P.^o Casimiro, que muitos anos depois relataria o caso, comandava uma guerrilha de camponeses miguelistas que foram acoitar-se em Braga. Entretanto, o general Conde do Casal, que comandava as forças governamentais em Trás-os-Montes, depois de derrotar em Valpaços as tropas comandadas pelo ardoroso Sá da Bandeira (que escapara às represálias do vencedor e retirara para o Porto sublevado, viajando num barco «rabelo» pelo Douro abaixo), tendo encontrado o campo livre, resolvera desalojar os miguelistas do «General das Cinco Chagas», que sabia terem retirado para Braga. Em 20 de Dezembro estava à vista da cidade arcebispal, fracamente defendida pelos campónios do padre. Casal deparou-os em Maximinos, então aldeia suburbana, onde os atacou, levando os pobres guerreiros improvisados de roldão e matando sem dó nem piedade todos quantos encontrou, com ou sem armas, nada sendo para admirar que os fugitivos largassem os tamancos para fugirem com mais rapidez de tal inferno!...

O autor recorda-se muito bem da narração do facto ouvido a uma senhora já muito idosa que, há mais de 60 anos, lhe dissera ter-se então refugiado, «sendo ainda menina», num portal, providencialmente aberto, o que lhe salvara a vida.

Por outro lado, «Os Pontos nos ii», de Rafael Bordalo, batiam constantemente Oliveira Martins e o movimento, pelo recurso ao ridículo e à chacota. Quer-nos parecer que, de tanto que se tem escrito acerca das origens do Republicanismo em Portugal, e do descrédito lançado sobre a Monarquia e os seus Reis constitucionais, ainda não surgiu autor decidido a esmiuçar a acção directa do grande caricaturista Bordalo, que, em especial desde «O António Maria», exerceu trabalho perfeitamente idêntico ao dos fundibulários que na Antiguidade forçavam as portas das fortalezas. É que, contrariamente aos ataques sérios dos progressistas da ideia republicana, entendeu o caricaturista que, dado o temperamento do português médio e, sobretudo, das classes baixas, o ridículo seria a melhor arma, por ser a única acessível à mentalidade dos *mass media*.

Assim, no n.º 7 de Maio, publicava umas facetas oitavas, dirigidas a Oliveira Martins, sob o título de *O «Vida Nova»*.

Nesta terra abençoada,
Tudo tem a sua alcunha,
Disse el-rei que o cetro impunha,
A Lopo Vaz da corcova ⁽³⁹⁾
E o Martins, que cantarola,
«Corre a voz de serra em serra» ⁽⁴⁰⁾,
Vai ter por nome de guerra
Oliveira — o *Vida Nova!*

Barros, que sabe da poda,
Preparando um chá d'urtigas,
Algumas *nódoas* antigas ⁽⁴¹⁾,
Do sobretudo lhe escova;
Vê não lhe nasça de novo
Republicano escalracho
E diz-lhe em tom muito baixo:
— Juizinho e... *vida nova!*...

Ele é da pele dos tutanos,
Tudo Correia de Barros,
Fuma os mesmos cigarros,
As mesmas coisas aprova,
Calça das mesmas peúgas,
Rufa no mesmo rebate,
Veste no mesmo alfaiate.
— Tudo, em suma, é *Vida Nova!*

O partido dos granjolas ⁽⁴²⁾
Reconhece-o como filho,
Dá-lhe do mesmo quartilho
Por onde el-rei também prova;
E o Martins, livre de escrúpulos,
Sôfrego estendo o gotázio
E empina alegre o copázio,
Murmurando: — *Ê vida nova...*

(39) O político regenerador Lopo Vaz de Sampaio e Melo era giboso.

(40) Versos de uma canção popular da época da *Maria da Fonte*.

(41) O autor recorda-se de, na sua muito remota infância, ter folheado alguns jornais da livraria particular de seu avô paterno, onde se lhe depararam caricaturas do Eng.º Correia de Barros sobre cuja roupa se encontrava sempre a palavra *nódoa*, tendo ideia muito vaga de tratar-se de referência a actos de Barros condenados pela opinião pública, mas que nunca conseguiu esclarecer.

(42) Alusão a ter sido na Granja, como se disse já, que foi assinado o pacto entre os partidos dos quais, fusionados, resultou o Partido Progressista.

Quando a república of'reça
No porvir mais segurança,
É de crer que ele aos Braganças
Volte a dar temível sova...
Mas que o povo então lhe diga,
Estendendo a mão sem luva:
— Tire o cavalo da chuva,
Que isto agora é *vida nova!*

No dia 25 publicava o mesmo jornal uma caricatura magnífica de expressão, encimada pelo título *As Vidas que cada um quer*. Na parte superior, e a correrem sobre o cano de um bacamarte, Braancamp, Correia de Barros, José Luciano, Oliveira Martins e outros (*Os Marias da Fonte*), vestidos de «Maria da Fonte», com grandes cartolas, empunham facas ou foices roçadouras. Por baixo a legenda *Vida Nova*.

As outras caricaturas são de vultos republicanos, regeneradores, com Fontes, e a inevitável figura do Zé Povo.

Dois dias depois, a «Folha Nova» noticiava a aparição de «A Província» em termos agridores:

«Só ontem recebemos a visita de um novo periódico progressista «A Província» que há dois dias se publica nesta cidade, sob a direcção, ao que nos dizem, dos srs. Oliveira Martins e Correia de Barros. É órgão da malfadada agremiação política que se forjou no Salão do Príncipe Real. Em tudo — uma melancolia. E muito boas vindas».

Oliveira Martins, atacado ou criticado, por regeneradores, progressistas desavindos e republicanos, parece ter sentido apenas o toque da imprensa fontista, a quem respondia com frequência.

No dia 28, em artigo denominado «A Trica», escrevia.

«Francamente, isto é tão burlesco e tão ridículo!

«Francamente, ao observar o desnorteamento da Imprensa da pechincheira fontista perante o facto simples do aparecimento da *Província*, enchemo-nos de orgulho por vermos como o nosso tiro batera certo no alvo.

«A táctica dessa gente que, ao ouvi-la, todos suporiam um modelo de disciplina e coesão partidária; a táctica dessa gente que, porém, todos nós sabemos como se une desde que o sr. Fon-

tes do alto do seu trono dispõe dos mesmos haveres para os distribuir entre os seus granadeiros, e como se desune e debanda no dia seguinte ao da queda do seu príncipe, a táctica dessa gente é de uma puerilidade evidente.

«Diz que a *Província* pede uma vida nova, e nisto, sem dúvida alguma acerta; mas diz logo que muitos homens importantes do nosso partido, preferem a *vida velha* e estão contra nós. Acrescentamos que o partido progressista se desconjunta, porque o queremos levar para fora do trilho clássico da sua derrota.

«Fazem-nos demasiada honra com isso; mas nós bem vemos o plano de introduzir a cizânia entre homens, alguns dos quais embora divergentes em mais de um ponto secundário, estão unidos no propósito firme de pôr termo à chuchadeira fontista, enfileirados todos como soldados sob o comando de um chefe honrado e nobre.

«Não, meus senhores, o plano é demasiado chocho para que possa vingar. Fazeis demasiada injustiça à nossa perspicácia e apenas conseguis revelar o profundo receio, e medo, as cólicas, os apertos que vos dão ao ver que o reino mais uma vez se agita para mais uma vez pôr termo ao carnaval governativo e ao longo bródio que dura há anos.

«Não, meus senhores, não é com essas que nos separais, nem nos dividis. A vida nova é apenas a continuação da vida velha; o dia de hoje é a continuação do de ontem».

Insistia, a seguir, na nota de «A *Província*» querer «o mesmo que queria e em parte fez a revolução de Setembro». Queria um governo que governasse, continuando a obra dessa revolução. Queria «sobretudo juízo, ordem e moralidade»⁽⁴³⁾.

No meio desta luta, quando o escritor se viu atacado de todos os lados, depois de descer à liça ou à «cova dos leões», os amigos do Cenáculo, com excepção de Antero, parece terem-se mostrado reticentes.

Alberto Sampaio, o historiador ilustre d'*As Vilas do norte de Portugal*, que vivia na sua propriedade de Cabeçudos, no termo de Famalicão, escrevia-lhe, a 14 de Maio:

«Já tinha de facto conhecimento do seu *coup d'état* que, se me permite expor-lhe com franqueza o meu pensamento, me

(43) *A Província* vol. cit. págs. 10-12.

não alegrou, nesta ocasião: a oportunidade seria, segundo me parece, ou na véspera de ser ministro, ou quando enfim o desarranjo das coisas públicas transbordasse das secretarias para as praças. Em tal ensejo a sua adesão a este ou àquele grupo político seria do mais subido valor, porque era então a voz do homem forte que aparece no momento psicológico; presentemente receio que se vá gastar nas bulhas dos partidos. Tenho esperanças que o seu claro espírito o salvará, todavia o perigo é grande. Seja como for, *alea jacta est*. Perdoe-me as minhas considerações que não servem de nada».

E concluía com aceitar o convite de Oliveira Martins para colaborar no jornal ⁽⁴⁴⁾.

O ilustre historiador e também economista, homem de profunda e vasta cultura e de grande ponderação, previu o desastre do amigo ao entrar na Política pela forma como o fez. Este, porém, obstinado como era nas suas opiniões, deve ter ficado despeitado com a franqueza de Sampaio.

Por seu lado, Eça de Queirós, ao saber no seu consulado em Bristol, pelo próprio Oliveira Martins de ir lançar um jornal, escreveu-lhe a 5 de Maio:

«Trata de fazer um bom jornal, e lembra-te de que a sensualidade moderna, que é o fundo do gosto moderno, gosta, sobretudo de qualidades de forma e de plástica. Não se vai ao restaurante onde se come melhor — mas àquele onde a mobília é mais vistosa. Procura por isso que o jornal, como papel, tipo, impressão, etc., seja um primor. Dá-lhe um feitio que não seja o do pesado e pançudo *Comércio do Porto*. Fá-lo ligeiro e vibrante».

Oliveira Martins, jornalista neófito como era na política, não soube ou não pôde seguir os conselhos do amigo, e este, um mês depois da carta anterior, escreveu-lhe:

«A *Província*, por ora, não está nem bem feita nem mal feita — está *provinciana*. Tende ao ramerrã e à sonolência. Precisas de espertá-la. Um bom artigo teu não basta: é necessário que o resto do jornal viva e vibre, e por ora acho-lhe o ar molenção e empapado. Precisa melhoria de papel. É necessário uma

(44) *Correspondência inédita de Alberto Sampaio*. Guimarães, 1941, pág. 23.

secção literária: Guerra Junqueiro que te mande de vez em quando uma curta sátira. O português gosta de picuinhas em verso e para a boa causa mesmo Juvenal deve trabalhar»⁽⁴⁵⁾.

Pela pena do militante Azedo Gneco, o Partido Socialista emitiu, entretanto, o seu juízo acerca do passo dado por Oliveira Martins, em três artigos denominados *O novo romantismo*, publicados no órgão do partido⁽⁴⁶⁾.

Começava o articulista por referir-se à «grande explosão no jornalismo-burguês» pela filiação do historiador no Partido Progressista, salientando o «vazio de ideias, a ausência de senso comum» dos artigos de ataque ao criador da *Vida Nova*. De passagem, atirava um remoque aos Republicanos, que chamavam a Oliveira Martins traidor ao Partido Socialista, «a que pertencera», e agora o acusavam de ter atraído «o partido republicano, do qual *fazia parte*, com o n.º 57, num clube qualquer».

Salientava como os Regeneradores o davam «de obedecer à cobiça de rendosos empregos» ou de «reles pretendente a deputado que tentava fortuna nova» depois de eles o terem «desprezado quando em tempo se lhes quisera juntar», ao que se acrescentavam os insultos dos neo-regeneradores, que «uivavam coisas terríveis, reprodução mascarada de todas as agressões e infâmias».

Destacava desse conjunto os aderentes da *Vida Nova*, que entendia não valerem os outros nem serem melhores «e que diziam dele ainda pior se não fossem seus *correligionários*», e também «os socialistas que lealmente se apressam a declarar que S. Ex.^a nunca estivera filiado no partido operário».

Perguntando qual a razão de «todo este espalhafato», dizia, em resposta, ser simples a razão,

«porque o sr. Oliveira Martins vale bem a soma dos chefes burgueses, — porque a sua entrada na política é o ameaço dum remodelamento profundo na conduta dos partidos; — porque ele representa ideias que podem traduzir-se na prática e destruir o comunismo-burocrático que entre nós tanto se tem desenvolvido

(45) Eça de Queirós, *Correspondência*, Porto, 1925, págs. 81 e 98. Em carta de 15 do mesmo mês para o Conde de Ficalho dizia: «O amigo Oliveira Martins tem já pelo menos mostrado amplamente, que, como político, lhe falta a ciência necessária para arranjar bem um jornal. *A Província* é provinciana de mais. Chega a ser bronca». *Ob. cit.*, pág. 103.

(46) «O Protesto Operário», n.ºs 11, 12 e 13 de 17, 24 e 31 de Maio de 1885.

sob a tonta oligarquia do capitalismo; — porque se as suas ideias conseguirem pesar na balança do estado trarão o desmanchar da feira-regeneradora, onde tantos, de diversas e até opostas cores, armam barraca e exercem a profissão de baixa pantominice».

O povo também aplaudia os insultos ao escritor, porque em Portugal sempre se teve por vendido quem rema «contra a paixão de qualquer grupo feliz que consegue um palmo de língua» na intriga e proporciona ao povo «escritos picantes bem adubadinhos de escândalos».

Parecia ao articulista que tudo aquilo não passava de tempestade num copo de água, pois se Oliveira Martins conseguisse vencer, «a maioria dos que hoje o atacam irão lambe-lhe as botas». Se ficasse vencido, não lhe seria difícil, o tentar de novo a experiência, fazer aos seus inimigos «explicar, em graves e campanudas frases — a *misérável* intriga com que os vampiros da nação quiseram conspurcar o nome imaculado do ilustre historiador, etc., etc.». Conjecturava mesmo que talvez naquele momento «alguns dos seus mais ferozes detractores «estivessem negociando uma *aproximação honrosa!*»

Ao articulista afigurava-se fácil o triunfo de Oliveira Martins por ter ele «por si o capital preciso, pelo menos, para as primeiras operações da campanha política». Tinha «talento, energia, tenacidade», quem poderia opor-se-lhe? Não o podia fazer o país, por estar afastado da política, que iria, porém, com ele, porque as suas ideias constituíam a síntese «mais ou menos completa, das reclamações oportunistas dos membros ainda não gangrenados da sociedade portuguesa».

Tão pouco se lhe poderiam opor os partidos, desacreditados como estavam, nem mesmo o Partido Republicano «que teve a faca e o queijo na mão e que não soube cortar fatia». Pelo que dizia respeito ao Partido Socialista, naquele momento só lhe convinha «o preparo do terreno em que há-de operar».

Em face de tudo isto, «tendo meios e valor», Oliveira Martins só não triunfaria se não quisesse, salvo se «o contacto enervante da política-burguesa nacional, que apenas se tem reduzido à intriga», conseguisse apodrecê-lo também.

Que faria, porém, o escritor se alcançasse a vitória?

Perfigurando o «romantismo progressista» numa barca, que se fazia ao mar indiferente a tudo o que tentasse impedir-lhe a marcha, parecia-lhe «fatal, impreterível, o naufrágio das ilusões que tem a bordo», feita a barca de tábuas velhas e com o cavername pôdre. «Ah! quanto melhor fora o seu ilustre timoneiro tivesse morrido a tempo».

Segue-se um breve excursus através da obra do escritor, que em 1870 escreveu no jornal «República» «uma notável série de artigos sobre a liquidação da monarquia», onde preconizava que devia deitar-se tudo abaixo, artigos que vieram a constituir o livro *Portugal e o Socialismo*. Foi então que Oliveira Martins, «entusiasmado, chegou a afagar a ideia de ver o movimento socialista, que José Fontana dirigia, obedecer às teorias proudhonianas e inaugurar um movimento como ele concebia».

Nove anos depois «já o sr. Oliveira Martins nada esperava do partido operário. Metia-lhe medo a luta de classes «e o nobre proudhoniano desmaiava ante a ideia duma guerra social cujas consequências, na verdade, podem ser terríveis». Publicou então *As Eleições*, «onde o sufrágio universal é taxado de burla e onde é proposta uma burla pior ainda». Por isso ele «foi caindo para a direita, até que esbarrou com o partido republicano que seguia sem rumo em busca duma solução salvadora». Diziam que, nunca se tendo filiado no Partido Socialista, dera o *sim* a um clube republicano, do que Azedo Gneco duvidava em face do modo como o escritor se referia aos Republicanos, «bastante ironicamente e enjado» no *Portugal contemporâneo*. E depois de transcrever a passagem respectiva, perguntava: «Querem mais ironia e desprezo pelos chefes do partido republicano? Podia, quem isto escreveu, fazer parte daquele partido?» Mais adiante escreve: «Onde está, pois a traição, a falta de carácter, o renegado?»

Costeara o Partido Socialista, «e teve medo». Fez o mesmo ao Partido Republicano, «e sentiu tédio», vindo a surgir «no progressista, na democracia-oportunista, do nosso país», entendendo que a sua marcha fora «natural e lógica, embora viesse a acabar num suicídio! Abrindo-se três caminhos diante de Oliveira Martins, deveria ele ter optado pelo primeiro, que teria sido ficar «no campo da crítica, da ciência», desta forma sendo mais útil para si e para os outros.

Entendera, porém, dever optar pelo último, o da política, lançando-se «no partido que melhor representasse as suas doutrinas, correndo o risco das desilusões e do insulto». Se se tivesse filiado no Partido Socialista, Oliveira Martins «seria um tropeço», por muito grande «que fosse a sua conversão às ideias do socialismo positivo»: o seu passado era muito grande «para não se enleiar a cada instante».

Profetizava-lhe situações semelhantes às de Herculano no início da *Regeneração*; o «seu grande carácter» não o levaria a contemporizar e assim veria «descer ao túmulo as suas grandes, generosas ilusões», e a morte viria surpreendê-lo «no exílio voluntário, ou no monturo da vadiagem política». Comparando-o com o socialista austríaco

Schaeffer, que tendo entrado num ministério burguês se viu forçado a demitir-se e continuou a sua obra de socialista revolucionário, Gneco dizia que Oliveira Martins, tendo partido da esquerda para a direita, só poderia recorrer ao isolamento «como o último recurso honrado, para nele chorar a perda das suas ilusões».

Em seu parecer, Oliveira Martins «ganhou fama de implacável inimigo da família monárquica «pelo facto de em Portugal se ler pouco, se estudar menos e se romantizar tudo, do que resulta a opinião se formar de outiva, admitindo-se os factos pela paixão ou pela ignorância dos que os transmitem e tantas vezes os desfiguram». Assim criou Oliveira Martins a fama de republicano, quando ele era apenas «um crítico vigoroso, bastante romântico, muito burguês, dispondo de talento e de erudição, a quem a pujança da escola proudhoniana dava particular brilho e valor». Daqui, desse equívoco, nascera «a assuada actual». E o escritor, «que teve poucos leitores aos seus escritos, tem agora quase toda a democracia-política e toda a política-conservadora constituídas em tribunal, julgando-o em processo tumultuário e torpemente».

Referindo-se às primeiras obras de Oliveira Martins, o autor dizia ver nelas a defesa da «imediata liquidação da monarquia como recurso económico» e «do advento ao poder dum partido democrático proudhoniano», concluindo daí que o escritor, na impossibilidade de ver realizado o seu desiderato e posta de parte a ideia de uma adesão ao Partido Republicano, aderiu à «democracia progressista» na crença de com ela poderem realizar-se as reformas que ele entendia úteis ao país, sendo esta

«a origem do novo romantismo, a razão que levou o sr. Oliveira Martins a pôr a sua nobre inteligência ao serviço dum partido ignóbil, promovendo mais uma esperança que a bandolagem política há-de explorar largamente, acarretando sobre si com responsabilidades esmagadoras para ver, por fim, desfolhada pétala a pétala a flor das suas ilusões.

«Quanto melhor fora que tivesse morrido a tempo!...»

O seu primeiro erro fora

«o juntar-se ao sr. Correia de Barros, cavalheiro obcecado pelo utilitarismo e, portanto, incapaz de compreender reformas de valor moral. Barros repete-lhe, provavelmente, as frases; e o sr. Oliveira Martins julga que ele percebe, que ele compreende,

que ele tem ideias também... Louco! que Barros, dependurado nas abas do... casaco de S. Ex.^a, só lhe servirá para lhe embaraçar o passo, para lhe demorar os movimentos, para lhe roer a reputação».

Era certo que Oliveira Martins não tinha por onde escolher nos partidos monárquicos. Mas deitara «pela janela fora a maior fortuna que possuía». Rodeou-se de uma nuvem de ilusões «colorida pelo seu fecundo talento». Mas o tempo passaria e essa nuvem esfarrapar-se-ia mostrando-lhe as ruínas dos castelos que erguera. Oliveira Martins deitou fora a paz, a tranquilidade em que vivera para se lançar na defesa duma causa condenada.

A despeito da forma incoerente como por vezes se exprime, o combativo militante socialista, viu o problema com clareza e sem descer ao insulto em que foram pródigos outros jornalistas, demonstrou o erro em que Oliveira Martins caíra e resultara de um equívoco que espanta se tivesse formado no espírito do escritor. Pela dignidade com que Azedo Gneco expôs as suas ideias, em contraste, repetimos, com os ataques, por vezes soezes, vindos de outros sectores, se explica o desenvolvimento que lhe demos.

Enquanto os Republicanos, com quem Oliveira Martins nunca acamaradara no seu grémio, o atacavam ferozmente e, por vezes, pelo recurso ao insulto, os Socialistas, que, com razão, o poderiam ter por seu em face do seu passado, tratavam-no com urbanidade e, pelo menos por parte de Azedo Gneco, viram-no com tristeza afastar-se

Um dos que mais violentamente atacaram Oliveira Martins foi o impetuoso e, tantas vezes, atrabiliário Silva Pinto, que, em dois artigos, significativamente denominados *Ad hominem!*, procedeu à execução do historiador, declarando logo de princípio que a obra deste lhe fora sempre indiferente crendo até «num singular instinto que pôs o homem, a seu pesar, de sobreaviso contra o futuro de outro homem». Por isso se regozijaria «porque ninguém foi mais fortemente avisado e prevenido contra os intuitos e a obra desse historiador». Se ele, Silva Pinto, com outros homens, sempre duvidara «da consciência do sr. Oliveira Martins como trabalhador (!), e da sua probidade futura como homem público», a verdade era que, por outro lado, «um grande número de homens novos o graduavam em *mestre*, mercê da sua actividade, dos alevantados títulos dos seus livros, dos seus ares de sábio modesto e retirado, descrente dos homens, das coisas conhecidas, e apenas suspeito *dum fenómeno de obscura reconstituição e dum pensamento indefinido ainda*», que encontra o seu

Moisés na *personalidade* brusca do sr. Correia de Barros, desprezível homúnculo escapado às pedradas honestas e vingadoras, na frase dos seus amigos políticos». Oliveira Martins fora «a *badine* daquele anão dos assobios, a vara portentosa e minúscula».

Seguidamente dirige os seus ataques em cheio à obra do escritor, desde o *Phebus Moniz*, que reputa de «lamentável», até ao *Portugal contemporâneo*, para concluir que todas as obras de Oliveira Martins «são lardeadas de estudos críticos de literatura, tão deploráveis pelos conhecimentos, como pelas deduções, pelas conclusões e pelas intenções», para dissecar o que «o tempo não basta; é preciso um grande tédio, porque esta enfermidade moral cura-se homeopaticamente».

O que havia de «funesto e lamentável» na deserção (*sic*) de Oliveira Martins era «o *exemplo* transmitido pelo curioso *mestre* aos discípulos, incontestavelmente numerosos e corrompidos ao nascer», pondo em destaque, por contraste, o exemplo de Teófilo Braga, que se tornara «o guia mais seguro (*sic*) da geração nova na obra de demolição e reconstrução da sociedade portuguesa».

Apesar deste violento arrazoado (o autor jamais conheceu outro), em que o desdém pela obra martiniana só revela incompreensão da mesma, se não má vontade contra um escritor, cujo nome ultrapassava já a fronteira do país, enquanto em Portugal homens eminentes na altura o louvavam por essa obra, Silva Pinto, sem pestanejar sequer, declara que não o animava nenhum «sentimento de rancor contra o sr. Oliveira Martins pelo mau serviço que prestou», prosseguindo:

«Assinalámos a sua *obra final*, com sangue-frio (!) igual à indiferença que o seu trabalho sempre nos mereceu; e, se não deixámos sem protesto aquele procedimento, é porque aos correctivos especiais aplicados ao *convertido* tem-se ligado até hoje um largo quinhão de condescendência».

E a concluir:

«Renegou os seus livros e a sua independência; tornou-se um guerrilheiro de partido *aux abois* e um criado às ordens — para o que convier ao Bragança, o descendente da raça maldita, coberta de escárneos e moída de pontapés no *Portugal contemporâneo* ⁽⁴⁷⁾: renegou, desertou, atraioou, empestou e corrompeu! Deus proteja as prendas deste varão!» ⁽⁴⁸⁾.

(47) As referências mais desprimorosas de Oliveira Martins à Casa de Bragança encontram-se na *História de Portugal*.

(48) *Terceiro livro de Combates e Críticas*, 1874-1886. Porto, 1886, págs. 3-18.

Oliveira Martins talvez tivesse lido todos estes ataques e críticas que lhe faziam vindos dos vários sectores da Imprensa. Se leu, a sua reacção teria sido entre os amigos do Cenáculo das Águas Férreas, aonde continuavam a afluir os simpatizantes e os entusiastas da *Vida Nova*, os quais acorriam ainda à redacção d'«A Província», e ali se debateriam os problemas suscitados pelas críticas vindas a público.

Os velhos amigos, condescendentemente, iam acompanhando as fazes do movimento lançado pelo escritor, talvez pouco crentes na eficácia dos seus esforços e receosos de um desenlace que, no estado a que chegara a política portuguesa, viesse a liquidá-lo de vez.

Antero, na fase final da sua *despondense*, parece não se ter apercebido da queda do amigo e do caminho tortuoso por onde enveredara, e cria, pelo menos assim o deixa a perceber, no que então disse e escreveu, que a *Vida Nova* viria a salvar o país. João Machado de Faria e Maya, seu antigo condiscípulo e conterrâneo, escreveu que, encontrando-se com ele na Foz do Douro em Fevereiro de 1886, o poeta lhe explicara «a origem e intentos da aproximação do grupo político presidido por Oliveira Martins, no Porto, do partido progressista». Prosseguindo, escreve:

«Embora apenas benevolmente simpático àquele movimento, de que ele não esperava demasiado, a verdade é que a sua amizade por Oliveira Martins e a influência natural do meio em que vivia levaram-no a interessar-se mais vivamente do que era de prever, pelos planos que esse movimento pretendia realizar» (49).

E ao seu amigo e conterrâneo Sebastião Arruda, escreveria depois uma carta entusiástica e enviara-lhe alguns números de «A Província» para o convencer da força da *Vida Nova* e do prestígio que daí adviria a Oliveira Martins, carta de que vale a pena transcrever um passo para se verificar até que ponto o grande poeta e pensador se iludia:

«Mando-te esses números da *Província* para veres o carácter imponente, que teve a manifestação do Porto e o tom a que o Oliveira Martins tem sabido levantar o Progressismo, que tão desafinado andava (50). Verás também que ele não renegou,

(49) In *Memoriam de Antero de Quental*, Porto, 1896, pág. 191.

(50) Antero referia-se à manifestação levada a efeito por ocasião da visita de A. Braancamp, à qual nos referiremos mais adiante.

nem se desdiz. A bandeira que desfialda é a do Socialismo, como até aqui. Convencido como está, e estão todos os que sabem observar os factos, da incapacidade actual, (e que o será ainda por muito tempo), do partido republicano para fundar seja o que for e vendo ao mesmo tempo a iminência de uma crise pavorosa, o O. Martins fez acto verdadeiro de patriotismo, procurando aqueles elementos, que bem dirigidos e transformados, poderão por ventura fornecer ainda um ponto de apoio no meio do naufrágio. Um homem como o O. Martins não dá um passo destes, nem toma posição de tamanha responsabilidade, sem ter visto bem as coisas e estudado o melhor caminho. Tem sido aprovado por muita da melhor gente. O O. Martins é o único homem político superior que temos, pois reúne a um elevado carácter um saber vasto e não só teórico mas técnico, e um poder de trabalho incomparável. Quando um tal homem dá um passo, como ele deu, o dever da gente séria, ainda quando o não aprove, é não o estorvar na sua tentativa, reconhecendo a pureza das suas intenções. Os republicanos, porém, cobriram-no de insultos e imputações as mais baixas — e no dia seguinte o que fizeram, foram aliar-se com os regeneradores, para combater o movimento por ele iniciado, movimento que pode falhar, mas que é sem dúvida sério e exprime o sentir nacional, pelo menos neste ponto de querer acabar com essas alianças da burocracia com a finança, que é a fatalidade do partido regenerador, origem da corrupção política e de um sistemático desgoverno. Destruir essa oligarquia burocrático-financeira, que nos domina e desmoraliza, há tantos anos, e impedir por meio de leis convenientes que ela possa de futuro tornar a formar-se, parece-me coisa muito mais importante do que uma simples alteração no carácter do poder executivo, coisa que deve ficar para depois, pois só as reformas económicas e financeiras tornarão aquela outra puramente política, não só possível, mas fecunda e duradoura. Isto tanto mais, quanto está iminente a bancarrota e uma tremenda crise social; a proclamação da República, não só não remediaria esses grandes males, (pois que influência pode ter uma reforma só política nos elementos financeiros e económicos?) mas trazia mais uma complicação e elementos de desordem, como ainda em 1873 se viu em Espanha. Convém, pelo contrário, adiar essa questão, visto que não é urgente, e não complicar com ela a outra, urgentíssima. É de boa política, como é de boa lógica, dividir as questões para as resolver, e começar por aquelas,

que resolvidas, podem facilitar a resolução das outras. Impedir que tudo vá abaixo parece ser a coisa mais urgente. Depois reformar a constituição económica, de modo a impedir que um tal estado de coisas possa vir a repetir-se. E só depois organizar a constituição política, tanto no que toca ao legislativo, como ao executivo, de modo a dar estabilidade e duração aos progressos realizados. Podes crer que estas são hoje, como sempre foram, as aspirações do O. Martins, que continua sendo tão bom socialista e republicano como era dantes. Eu, por mim, aprovo-o inteiramente na marcha que vai seguindo, e desejava que toda a gente séria lhe desse o apoio indispensável, ainda aos maiores políticos, para fazerem qualquer coisa. Se todos começarem a hostilizá-lo, é claro que nada poderá fazer. Virá a terra, e com ele a última esperança deste pobre Portugal. Então teremos o dilúvio» ⁽⁵¹⁾.

O próprio poeta confessa que as ideias expostas nesta carta, e ele aprovava, eram as de Oliveira Martins. Não o diríamos obcecado pelo amigo, mas a forte vontade deste mais uma vez se fez sentir sobre o espírito ondeante do autor dos *Sonetos*, a quem a doença vinha, além disso, progressivamente debilitando uma vontade, que nunca fora forte e só se manifestava em arranques violentos como acontecera por ocasião da célebre questão do Bom Senso e Bom Gosto.

De facto, penaliza que uma inteligência tão lúcida como a de Antero que, poucos anos depois, redigiria esse belo ensaio *Tendências gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX*, considerasse que Oliveira Martins, depois de tudo quanto ocorrera no Porto a partir da aliança feita com Correia de Barros, fosse «tão bom socialista e republicano como dantes». E os tristes acontecimentos ocorridos a seguir à morte de Braancamp se encarregarão de o desiludir, mas nem por isso o subtrairão ao fascínio fatal do amigo, como poucos anos depois se veria por ocasião da crise de 1890. Teria interesse indagar qual seria a parcela com que o fracasso de Oliveira Martins haveria contribuído para a crise final originária do suicídio do poeta.

Entretanto, aquilo que Navarro e Mariano criam jamais poder realizar-se, porque isso equivaleria a consagrar Oliveira Martins e a *Vida Nova* — a visita de A. Braancamp ao Porto — realizou-se a 17 de Julho. Parece que Navarro, convencido de que «o Oliveira Martins não seria nunca nas suas mãos uma bandeira passiva (...) fez o possível para obstar a que tal reunião se realizasse e teve quase

(51) In *Oliveira Martins*, por Antero de Quental, Lisboa, 1894, págs. 50-52.

convencido da *sua inutilidade e inconveniência* o próprio Correia de Barros»⁽⁵²⁾.

Apesar desta guerra surda entre os bastidores do Progressismo, Braancamp, velho e já muito doente, não cedeu perante as instâncias e partiu para o Porto na companhia dos «marechais» José Luciano de Castro, futuro último chefe do partido, Henrique de Barros Gomes, o dedicado amigo de Oliveira Martins, o Conde de Valbom e António Cândido, sendo todos recebidos festivamente na cidade, tendo Braancamp atravessado as ruas seguido de um cortejo de cerca de duas centenas de trens, ao som de músicas e de foguetes.

Nessa tarde, escrevia Oliveira Martins n'«A Província» que podia dizer-se afoitamente «que nunca o Porto, [nesses] últimos tempos, dispensou, a quem quer que fosse, uma recepção tão entusiástica, tão imponente, tão grave e tão firme» como aquela a que assistira naquela manhã, e que os vivas soltados partiam de burgueses e de populares, e o entusiasmo «animavam os que recordavam as lembranças solenes do passado, e os que ambicionavam as gloriosas esperanças do futuro», acrescentando: «Nós estávamos entre estes últimos».

Adiante, escrevia.

«Os vivas desta manhã traduzíamo-los nós desta forma: como uma esperança, um desejo ardente de reforma dos nossos costumes políticos; um anseio de vida nova e melhorada; uma ambição de outro ar mais puro e mais limpo; um *sursum corda* do povo aflito pela abjecção miserável a que o fazem descer políticos sem consciência que mercadejam com os interesses públicos, como chatins sem escrúpulos; e que na tavolagem imunda dos seus azares jogam com os homens como tentos e com as leis como bilhardas»⁽⁵³⁾.

À noite, realizou-se, ainda no teatro do Príncipe Real, uma sessão, «imponente como nenhuma outra», presidida por A. Braancamp, «esse homem de Plutarco, a quem nem os anos nem a doença são capazes de quebrar a mocidade do espírito, o entusiasmo do coração e a nobreza da alma», como escreveu Oliveira Martins no dia imediato. Foi perante um teatro «coalhado de gente, os velhos junto dos moços, os pobres junto dos ricos, os grandes junto dos humildes, os ilustres dos obscuros, abraçados todos numa aspiração, num desejo, num entu-

(52) Luís de Magalhães, MS cit, fol. 26.

(53) *A Província*. Vol. cit. Págs. 96, 97.

siasmo e mesmo indignação comum»⁽⁵⁴⁾, que o velho chefe do partido evocou o passado deste,

«que soube livrar o país de um dos maiores flagelos de que pode sofrer uma nação, qual é o das lutas religiosas que estavam pairando iminentes sobre nós⁽⁵⁵⁾, um partido que conseguiu libertar a terra, acabando por uma vez com a existência dos vínculos, privilégio monstruoso que todos os princípios da razão e justiça condenavam; um partido que pôde, arrastando com o poderio do dinheiro, abolir o contrato do tabaco que era um estado no estado, e que mais de uma vez assoberbara os próprios governos; um partido, finalmente, que pela iniciativa de um dos vultos mais nobres e mais simpáticos e levantados da nossa história, o marquês de Sá da Bandeira, pôde realizar a extinção do infando tráfico da escravatura — esse partido pode ufanar-se de contar nobres e gloriosos pergaminhos, e de ter dignamente prosseguido na obra de Mousinho da Silveira e de Passos Manuel».

Todavia, conseguia o Partido Progressista

«continuar essa obra. Já fez muito, mas ainda lhe resta fazer mais. Os problemas que hoje se levantam são bem diversos daqueles que procuravam resolver esses dois homens de estado. Às questões políticas a que eles tiveram de atender sobrelevam-se na actualidade as questões sociais económicas, não menos graves, não menos difíceis. Porém, se os problemas são diversos, não é diverso o espírito verdadeiramente liberal com que têm de ser tratados; não é diversa a iniciativa forte e rasgada, a dedicação pelas classes trabalhadoras, com que o partido progressista deve hoje procurar a resolução dos novos problemas que vão surgindo dia a dia com o espantoso progresso da civilização, com a constante evolução das condições da sociedade»⁽⁵⁶⁾.

(54) *Ob. cit.*, pág. 104.

(55) Refere-se à célebre questão das Irmãs de Caridade, introduzidas em Portugal no reinado de D. Pedro V a instâncias da rainha D. Estefânia, contra as disposições dos decretos de Joaquim António de Aguiar em 1834.

(56) *Elogio histórico de Anselmo José Braancamp*, por J. P. Oliveira Martins, 4.^a edição, s.l.s.d., págs. 34-35.

Braancamp tomara demasiadamente a sério os progressistas portugueses, furiosamente divididos, na sua grande maioria absolutamente incapazes de compreenderem a viragem que ao partido a *Vida Nova* tentava fazer seguir. Era uma linguagem absolutamente nova e teria assustado, ou, pelo menos, tornado apreensivos os velhos filiados os quais, por certo, deveriam ter suspeitado das intenções de Oliveira Martins, sobretudo desde que a imprensa republicana o acusava violentamente de «traidor» e de «trânsfuga». Os progressistas honestos sentir-se-iam também suspicazes perante a entronização de Correia de Barros como chefe do partido no Porto e o verem zurzido sem dó nem piedade por Mariano de Carvalho no «Popular».

Todavia, a sessão do Príncipe Real tivera o condão de confirmar a consagração de Oliveira Martins como membro do partido e do seu movimento. Luís de Magalhães, adepto fervoroso, registou que «tudo quanto se fez e disse, por essa ocasião, foi obra de Oliveira Martins», tendo sido este «quem com o Braancamp determinou quais os oradores que deviam falar na reunião e quais os que deviam fazer brindes no *banquete*, marcando ainda o tema destes últimos. (...) Foi ele o verdadeiro ponto de toda essa representação política», acrescentando que, com vontade ou sem ela, o partido não podia negar «que foi ali ao Palácio de Cristal prestar homenagem e adesão às ideias políticas do autor de *Política e Economia Nacional*».

Poucos meses andados o então jovem escritor e político deveria, talvez, recordar como a sua categórica afirmação veio a ser cruamente desmentida.

A propósito recorda ele dois pequenos episódios que definem dois homens. O primeiro passou-se com António Cândido, que, na noite do banquete, pedira a Oliveira Martins «*duas ideias de política para meter no seu discurso*», ao que o amigo acedeu dando-lhe «um papelito com uns apontamentos» *ad hoc* redigidos... E tão entusiasta se mostrava então o futuro grande orador, que não se cansava de pregar a *Vida Nova* e fazer o elogio de Oliveira Martins «por toda a parte, jurar a todo o mundo a sua grande dedicação pelo seu novo amigo», chegando «ao extremo de pedir ao O. M. para se tratarem por *tul!*»

O segundo episódio deu-se com Navarro, que, na redacção d'«A Província», ao despedir-se de Oliveira Martins, lhe disse: — «*Mande-me como coisa sua e desde esta data*», invocando o memorialista o nome de António Feijó como testemunha da cena ⁽⁵⁷⁾.

(57) MS cit., fols. 27, 28 e 29.

Teria Oliveira Martins acreditado na sinceridade das palavras do violento político? Teria ele captado o fundo irónico que nelas se adivinhava e talvez se velasse mal na fisionomia de Navarro? Como poderiam tais palavras aceitar-se no sentido literal, proferidas por um homem que não permitia houvesse no seu partido alguém a opor-se-lhe ou, simplesmente, a fazer-lhe sombra? E não passariam muitas semanas até se verificar o *volte face* do director das «Novidades» para com o homem a quem pedira o mandasse «como coisa sua e desde [aquele] dia»...

Em «A Província» de 17, ainda na euforia da entusiástica recepção a Braancamp, Oliveira Martins mostrou-se mais agressivo do que o habitual contra Fontes a quem, segundo escrevia, o nóvel político dizia ter sido acusado de bater, «sem se lembrarem de que esse homem tomou para si o repelente papel de personalizar a corrupção governativa, defendendo a bastilha da imoralidade política».

Com energia, prosseguia:

«Quando vemos despejadamente triunfante o general, é obrigação de fazer dele o nosso único alvo. Do homem não curaremos; não lhe devemos favores, nem ofensas; mas do chefe do partido que elevou a insídia, o descaro, e todas as formas de imoralidade à altura de princípios de governo; do chefe do partido que sacrifica à política os interesses económicos da nação arrastando-a molemente para uma crise tremenda — desse chefe de partido curamos nós, curaremos sempre, desapiedadamente, enquanto possuirmos voz para falar, uma pena, e mão para a dirigir.

«Nele está a fonte dos nossos males e a origem da nossa miséria».

Antes de concluir este artigo, insiste nos objectivos d'«A Província», que, nascida ontem, possuía energia que votava «inteiramente a seguir o exemplo de outras idades, esclarecida pela crítica e pelo saber dos nossos dias». «A Província» era progressista, «da nobre tradição democrática de 36». Não viera à luz «para instrumento de corrilhos» nem de arranjos, se porventura alguém os fizesse. Ela tinha nascido do povo para o povo; erguera-se efectivamente como um ariete para bater de frente o baluarte das corrupções, e não para servir de degrau à vaidade ou à cobiça de ninguém.

«A *Província* nascera honrada e honrada viverá. Nasceu democrática e democrática será até ao fim.

«A *Província* nascera progressista porque a antiga tradição do nosso partido é a honra intemerata, a dignidade altiva, a confiança na alma popular, a esperança nos elementos sãos do país. Progressista viverá; e quando nos vierem dizer que a antiga tradição morreu porque este ou aquele a renegou, respondemos que é falso, e que são apenas esses tais que deixaram de ser progressistas.

«E este nosso pensamento é o que inspirava todos os corações, quando milhares de lábios soltavam esta manhã os seus vivas estrepitosos».

Novos «vivas» visionava Oliveira Martins, vivas à memória (*sic*) de Passos Manuel e à «tradição intemerata do setembrismo remoçada e restaurada!»⁽⁵⁸⁾.

No dia imediato publica novo artigo intitulado *Vida Nova!*, recordatório das ideias básicas do movimento, profligando, em linguagem enérgica, os crimes dos seus adversários, opondo ao Partido Regenerador a honra, braço do Partido Progressista, declarando preferir «à intriga a discussão, e às combinações tortuosas, a marcha aberta e franca», afirmando novamente a «nossa natureza de partido democrático», esperando «tudo da força e da autoridade que o povo tem, e nada dos favores e mercês que a coroa nos possa dispensar».

O movimento teria de inspirar-se da «nossa tradição», recordando que ao partido devia o país, «a implantação das reformas económicas mais graves». Tinha de acabar «o cancro da nossa anarquia financeira que nos põe em risco permanente de bancarrota», deixando aos adversários «o proveito de viverem desse estado anárquico, comprando os homens por empregos e as localidades por obras públicas».

Mais uma vez evoca os movimentos surgidos no Norte, desde 1820 a 1846. Mas em todos esses movimentos «os nossos costumes eram diversos do que são hoje. Nessas datas o instrumento das revoluções era o exército, e as sedições militares e os tumultos de quartel o meio prático de realizar os movimentos».

Receoso de toda a alteração da ordem pública, tomando o termo «Revolução» na acepção em que o seu amigo Antero o tomava, entendia Oliveira Martins que tais processos «não convêm a um povo consócio da sua força e do seu direito. As revoluções duradouras são as revoluções pacíficas. A energia da opinião pode mais do que os canos das espingardas, e a agitação das ideias ouve-se mais longe e por mais tempo do que o ruído dos canhões»⁽⁵⁹⁾.

(58) *A Província*, vol. cit., págs. 95-101.

(59) Vol. cit., págs. 101-105.

Acaso a grande massa dos seus leitores, mesmo os que tivessem aderido à *Vida Nova* convictos de tudo quanto Oliveira Martins escrevera e dissera, teriam ficado convencidos da possibilidade de se dar uma viragem na política portuguesa para se entrar num caminho novo e amplo, pondo-se finalmente termo aos escândalos, encontrando-se Fontes, o olímpico, no Poder? Seria possível apelar o «Dom Magnífico», sempre apoiado pelo Rei e com maioria parlamentar, sem o recurso a uma sedição militar e a um tumulto de quartel? Embora 1885 fosse diferente de 1846 ou 1851, os vícios congénitos do regime jamais permitiram inaugurar-se uma política como a já preconizada por Oliveira Martins.

De resto, e breve se verá, a morte de Braancamp vai revelar com toda a clareza o reverso desse Partido Progressista que o historiador, ingenuamente, cria ser o continuador do Setembrismo de Passos Manuel e de Sá da Bandeira.

Mas se os progressistas dissidentes do Porto, capitaneados por Tomás Lobo, se esforçavam por desacreditar Oliveira Martins e, com ele, o movimento da *Vida Nova*, no próprio seio do partido entre os ortodoxos, estava a preparar-se uma conjura para eliminar o mentor desse movimento. Apesar de todo o mal que escrevera acerca dos partidos políticos no *Portugal contemporâneo*, procurando explicar as razões do seu fracasso nos próprios fundamentos da doutrina liberal, não pudera Oliveira Martins abranger todo o abismo a que podia descer a inveja ou a malevolência dos políticos quando querem desfazer-se dum adversário, quiçá mesmo de um correligionário incómodo.

A entrada do historiador para o Partido Progressista fora facilitada pela veemência do movimento que no Porto se fizera à sua volta e o impusera a A. Braancamp, cativado já pelo prestígio de um autor com uma dezena de livros no seu activo e o haviam alçado a posições relevantes no país.

Porém, como já salientámos, alguns dos «marechais» do partido não haviam aceitado de boa sombra que esse homem, neófito na Política, para mais com um passado pouco recomendável de «socialista e republicano», viesse sen'ar praça no Progressismo e ocupar um lugar no primeiro plano, e relegados para outro inferior aqueles que tinham atrás de si uma longa carreira política, muitas vezes acidentada, e lhes dava o direito de se candidatarem à chefia do partido tão depressa Braancamp desaparecesse da cena política.

O primeiro que mostrou o seu desagrado foi Mariano de Carvalho, não indo ao Porto na comitiva do chefe, nem manifestando qualquer espécie de solidariedade a Oliveira Martins.

José Luciano de Castro, depois sucessor de Braancamp na chefia, não o hostilizou, tendo mesmo acompanhado o velho político ao Porto. Mas, dentro em breve, será ele, futuro «raposa velha», o causador do naufrágio da *Vida Nova* e até do enxovalho do escritor.

Navarro assumiu as atitudes já relatadas, mas via-se bem que só o fizera com segundas intenções, não podendo crer-se que homem tão impetuoso, bravo e senhor de si, com posição de destaque no partido, se dispusesse a acolitar o novato da Política, ajudando-o a alçar-se a posição à mesma altura da sua, de Navarro.

E o conflito vai abrir pouco tempo depois da ida de Braancamp ao Porto, quando Oliveira Martins escreveu n'«A Província», a 5 de Agosto, o primeiro dos seus artigos a aconselhar a remição dos caminhos de ferro, atacando duramente a política de Fontes (estava então no Poder Hintze Ribeiro), que, no ano anterior, celebrara «a façanha cavalheirosa da libertação da fada locomotiva das garras do dragão francês».

(*Continua*)

A. Álvaro Dória